

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.30, n.01-02, p.1-44, janeiro/fevereiro 2008

SUMÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THÁIS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA CIMBALISTA (*Pedagoga*)

ARTHUR LUCAS DE FREITAS

MÁRIO RICARDO MALLASSA

STHEFANI PINHEIRO DOS PASSOS

(Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CRISTIANE BACHMANN (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

(normalização bibliográfica)

ANA BATISTA MARTINS

(editoração eletrônica)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta
publicação, desde que citada a fonte.**

B	Brasil: de devedor a credor externo líquido <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	3
C	Comércio exterior, poupança interna e crescimento <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	5
U	Uma interpretação da conjuntura inflacionária <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	7
O	Comércio entre o Mercosul e Israel <i>Guilherme Amorim</i>	9
I	Indústria do Paraná: os pilares do crescimento em 2007 <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	11
A	Indústria brasileira em 2007 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	13
A	Importância dos estudos sobre infra-estrutura e logística <i>Agemir de Carvalho Dias, Fernando Raphael Ferro de Lima</i>	15
T	Tópicos da Conjuntura <i>Gilmar Mendes Lourenço, Silmara Cimbalista</i>	17
P	Paraná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Arthur Lucas de Freitas, Mário Ricardo Mallassa e Sthefani Pinheiro dos Passos</i>	19
E	Economia Paranaense Indicadores Selecionados	30

Brasil: de devedor a credor externo líquido

Gilmar Mendes Lourenço*

As repercussões internacional e doméstica bastante positivas acerca da constatação de o estoque de reservas internacionais brasileiras em poder do Banco Central (BC), acrescido de outros ativos no exterior (aplicações dos bancos comerciais e créditos), ter alcançado marca superior ao montante da dívida externa do País devem ser acolhidas com cautela e acompanhadas de adequada interpretação técnica de suas causas e efeitos.

De pronto, cumpre reconhecer as folgas propiciadas à política econômica pela superação matemática da vulnerabilidade externa que, recheada pelos incidentes de decretação de moratória (dos encargos em 1987 e dos juros em 1989) dos débitos e pela conseqüente imposição de operações de socorro e de monitoramento macroeconômico pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e na ausência de uma moeda nacional conversível internacionalmente, condenou o Brasil a conviver com climas de estagnação econômica e hiperinflação na década de 1980, e de insuficiência de crescimento, em troca da estabilidade de preços, dos anos 1990 em diante.

Para cotejar com o total da dívida externa de US\$ 196,2 bilhões em janeiro de 2008, sendo mais de 70,0% de médio e longo termo, o País dispunha de US\$ 203,2 bilhões, o que implicaria saldo líquido de US\$ 7,0 bilhões. Ficam excluídos do endividamento itens classificados como passivos, como as operações de transferências de recursos das matrizes das companhias multinacionais para as subsidiárias brasileiras, considerados investimentos diretos, e a aquisição de papéis públicos de emissão nacional por não residentes, hospedada como dívida interna. Raciocínio análogo valeria para os ativos, no caso de inversões produtivas e compra de títulos por organizações e/ou residentes brasileiros fora das fronteiras geográficas da nação.

A virada do jogo começou com a melhoria da conta de transações correntes, a partir de 2002, e passou por uma agressiva estratégia de aquisição de moeda estrangeira forte desde 2004, inclusive como forma de evitar a agudização da tendência de sobreapreciação do padrão monetário nacional: o real. Na prática, o Brasil transformou-se em exportador de poupança e estaria habilitado a liquidar a dívida externa (pública e privada), conforme as conveniências de natureza macroeconômica, e até a receber o selo de grau de investimento das agências mundiais de classificação de crédito.

Porém, é interessante entender as raízes e os efeitos dessa nova situação, à luz de algumas referências pretéritas. De fato, a inversão do sinal negativo do balanço em transações correntes do País aconteceu impulsionada por um cenário de duas pronunciadas depreciações da taxa de câmbio, verificadas em 1999 e 2002, reflexos da alteração estrutural do regime em 1999 (de fixo para flutuante) e de fatores circunstanciais e especulativos em 2002, associados ao risco de ruptura dos líquidos, rentáveis e seguros mecanismos de rolagem da dívida mobiliária (títulos da dívida interna), pela então provável gestão Lula, impregnado nos mercados.

O realismo cambial oportunizou a intensificação dos investimentos das organizações privadas brasileiras na descoberta, na penetração, na consolidação e na diversificação de mercados externos (de produtos e de destino), aspectos maximizados pela forte recuperação do crescimento da economia mundial, com a redução dos juros, depois do estouro da bolha da Bolsa Nasdaq, e a elevação do dispêndio público em construção e defesa, logo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

A expansão da economia internacional, viabilizada primordialmente pela sincronização entre os enormes superávits comerciais dos asiáticos (especialmente da China) e os déficits fiscais e em conta corrente dos Estados Unidos (EUA), impulsionou as cotações das *commodities* agrícolas, minerais e metálicas, favorecendo a conquista de resultados externos positivos por parte das nações emergentes, incluindo o Brasil. Trata-se do eixo comercial de apreciação do real, embrião da política de acumulação de reservas.

Ao mesmo tempo, a condição de abundância de liquidez nos mercados mundiais, a premência de rolagem da dívida pública interna e os temores, por vezes exagerados, de retorno da espiral inflacionária no Brasil pela via da demanda ensejaram a manutenção de uma política monetária conservadora, calcada em apreciável diferencial de juros internos vis-à-vis à média internacional.

Essa é a veia financeira de entrada do capital volátil no País, descoberta também por empresas nacionais, que

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

passaram a perseguir os ganhos de arbitragem na garimpagem de capitais externos, por meio da contratação de empréstimos ou até da proliferação do uso da modalidade de adiantamento de contratos de câmbio.

A faceta nociva do vetor financeiro pode ser evidenciada pelo preço do crédito doméstico. Para uma inflação no varejo ao redor de 5,0% ao ano, os juros médios cobrados na ponta chegaram, em janeiro de 2008, a 34,0% ao ano, sendo 25,0% a.a. para as pessoas jurídicas, 29,0% a.a. para a modalidade em consignação, 38,0% a.a. para desconto de duplicatas, 49,0% a.a. para pessoas físicas, 52,0% a.a. para desconto de promissórias, 53,0% a.a. para crédito pessoal, 56,0% a.a. para a aquisição de veículos e 145,0% para o cheque especial.

A verdadeira inundação de dólares resultante das correntes comerciais e financeiras constituiu o estopim da deflagração de atitudes de agressivas compras de reservas estrangeiras pelo BC, no afã de neutralizar a rota cadente do dólar e formar uma retaguarda de dólares para enfrentamento de momentos de instabilidade externa. Como esperado, a intransigente estratégia monetarista logrou êxito na multiplicação dos níveis de reservas, ainda que ao custo da elevação do endividamento interno.

A superação da dívida externa pelo estoque de reservas cambiais tem como contrapartida a não-compressão do passivo público interno

No fundo, essa é a questão crucial. A superação contábil da dívida externa pela acumulação expressiva de dólares no caixa do BC tem como contrapartida a não-compressão do passivo público interno, o que, em um quadro de falta de investimentos na correção dos estrangulamentos da esmagadora maioria dos itens de infra-estrutura, impede que a transformação da atual fase de reativação da economia em um ciclo sustentado de crescimento.

De modo antagônico, os estágios de endividamento externo passados exibiam, além de objetivos de

cobertura dos desequilíbrios das transações correntes advindos da deterioração crônica dos termos de intercâmbio ou de choques exógenos (petróleo e juros, fundamentalmente), endereço tangível, como o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956-1960, a composição de patamares elevados de reservas para sustentação do Milagre (1968-1973) e as inversões em complementação da II Revolução Industrial no Brasil, contempladas nos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do então Presidente Geisel, no lapso de tempo compreendido entre 1974 e 1978.

O mais gritante, no entanto, é o efeito colateral que a defasagem cambial pode executar na competitividade das exportações e dos programas microeconômicos de substituição de importações, especialmente em um ambiente de redução da velocidade de incremento do comércio mundial, determinado pelo colapso imobiliário nos EUA. Até porque, com a possibilidade de a companhia Vale levantar no exterior os US\$ 50,0 bilhões necessários à integralização do valor de oferta pela Xstrata e os resultados negativos na conta corrente de janeiro, o Brasil deve resgatar o rótulo de devedor internacional ou importador de poupança, o que parece compatível com a característica de nação em desenvolvimento.

As contas externas nacionais expressaram déficit de US\$ 4,2 bilhões em janeiro de 2008, o que representou o pior desempenho desde outubro de 1998, influenciado em grande medida pela elevação das importações e das remessas de lucros e dividendos, reproduzindo, em simultâneo, o começo da conta da intransigente estratégia de valorização cambial depois de 2003, via hiato de juros, e a continuidade da modernização do parque industrial e da internacionalização produtiva e financeira da economia brasileira.

Por fim, é prudente registrar os custos fiscais diretos nada desprezíveis da acumulação de reservas. O BC amargou perdas de R\$ 47,5 bilhões em 2007, 254,0% superiores a 2006, por conta das operações envolvendo os diferenciais de juros em reais e em dólares acrescidos da apreciação da moeda nacional, o que corresponde a aproximadamente cinco vezes os valores alocados por ano para o Programa Bolsa Família.

Comércio exterior, poupança interna e crescimento

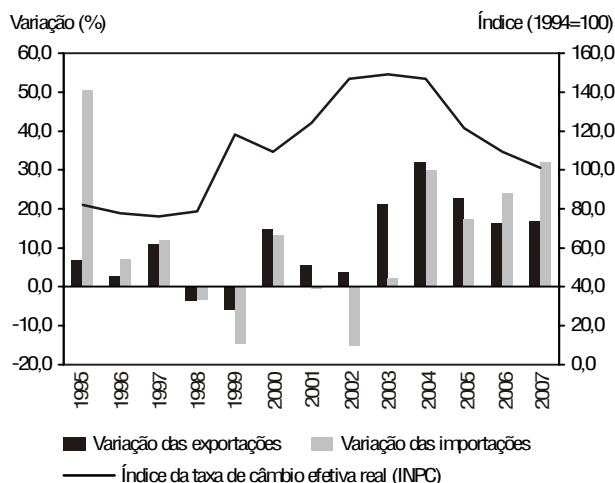
Julio Takeshi Suzuki Júnior*

No mês de janeiro, o saldo da balança comercial brasileira atingiu US\$ 944,0 milhões, como resultado de exportações de US\$ 13,3 bilhões e importações de US\$ 12,3 bilhões, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Esses números confirmam a continuidade do movimento de redução do superávit comercial do País, iniciado no ano passado, não deixando dúvida quanto aos efeitos crescentes da valorização da taxa cambial.

No período de 12 meses encerrado em janeiro de 2008, as exportações superaram as importações em US\$ 38,5 bilhões, o menor valor desde junho de 2005. Somente a título de comparação, o saldo do comércio exterior brasileiro chegou a atingir US\$ 47,8 bilhões nos 12 meses finalizados em maio de 2007, passando a apresentar, a partir de então, nítida tendência de declínio, o que torna provável um superávit inferior a US\$ 30 bilhões no encerramento do presente exercício.

Como se sabe, a deterioração do saldo comercial deriva tanto do menor fôlego das exportações quanto da aceleração das importações. Nos últimos dois anos, as compras externas avançaram a taxas significativamente mais elevadas que as das exportações, invertendo resultados observados de 1999 a 2005, quando as vendas ao exterior exibiram maior dinamismo, comparativamente às importações (gráfico 1). Principal responsável por essa mudança, a taxa de câmbio registrou considerável depreciação a partir de 1999, com a adoção do regime de flutuação, ocorrendo a reversão desse movimento em 2005, ano em que se inicia forte valorização da moeda nacional.

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES E ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL - BRASIL - 1995-2007



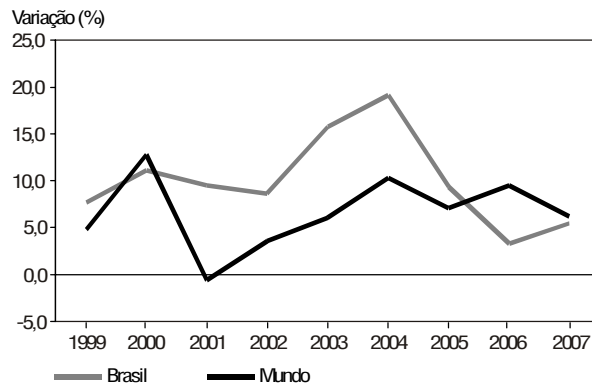
FONTE: MDIC-SECEX, BANCO CENTRAL

Mais precisamente, o comportamento da variável cambial de 1999 até meados de 2005 garantiu não apenas altas taxas de crescimento das exportações, particularmente no triênio 2003-2005, assegurando também resultados comerciais positivos em um contexto internacional desfavorável, como em 2001. Nesse ano, as exportações mundiais apresentaram queda de -4,2%, ao passo que as vendas externas nacionais aumentaram 5,7%.

Já no biênio 2006-2007, como reflexo dos novos patamares do câmbio, houve alteração nas bases de crescimento do comércio exterior, condicionando ainda mais a elevação das receitas das exportações a fatores exógenos à economia nacional. Tanto é assim que os preços dos produtos comercializados no mercado internacional passaram a ser os principais determinantes da ascensão das vendas externas, relegando a segundo plano a evolução das quantidades exportadas. No ano passado, de acordo com estatísticas da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), o índice de preços das exportações brasileiras subiu 10,5%, enquanto o índice de *quantum* avançou 5,5%, o que resultou em um incremento de 16,6% nas receitas em dólares.

O fraco desempenho das quantidades exportadas fica ainda mais evidente perante o crescimento mundial. Em 2006 e 2007, invertendo uma situação observada até 2005, as taxas de expansão do *quantum* das exportações globais superaram as variações das quantidades comercializadas pelo Brasil (gráfico 2), sinalizando ampliação da vulnerabilidade do País em relação a uma

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES - BRASIL E MUNDO - 1999-2007



FONTE: FUNCEX, FMI

* Administrador, coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

eventual queda dos preços internacionais, principalmente das *commodities*, que são representativas na pauta das vendas externas nacionais. Nesse sentido, estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um pequeno declínio de -0,5% nos preços das *commodities* em 2008, variação que alcança -6,7% com a exclusão dos produtos classificados como combustíveis.

Diante do novo quadro do comércio exterior, não é surpreendente o retorno dos déficits nas transações correntes, após cinco superávits anuais consecutivos, com ápice no exercício de 2005, quando o saldo positivo atingiu US\$ 14,0 bilhões. Conforme dados do Banco Central, a conta corrente do balanço de pagamentos registrou déficit de US\$ 4,2 bilhões em janeiro deste ano, resultado que se contrapõe ao superávit de US\$ 286,0 milhões contabilizado em igual período de 2007. No fechamento de 2008, projeções do mercado indicam saldo negativo da ordem de US\$ 7,8 bilhões, com expectativa de déficit de US\$ 12,0 bilhões no término de 2009.

Portanto, o País volta a adotar gradualmente um modelo de crescimento baseado em poupança externa, em direção contrária à de outras economias não centrais, que optaram por menor dependência em relação ao capital internacional, com o objetivo de instaurar melhores condições de solvência e, conseqüentemente, assegurar taxas mais altas de expansão do PIB, reduzindo a possibilidade de ocorrência de crises cambiais e os impactos de eventuais instabilidades financeiras no âmbito global.

No grupo dos principais países emergentes, é inegável a relação entre a melhoria das contas externas, derivada do bom desempenho do comércio exterior, e a elevação do patamar do crescimento econômico no período recente (tabela 1), o que pode ser inviabilizado,

no caso brasileiro, pela vigorosa apreciação cambial. Mesmo em relação às economias que registraram variações médias do PIB um pouco menos expressivas na atual década, como a chilena e a coreana, não há dúvida quanto aos efeitos positivos da maior solidez do balanço de pagamentos, em razão do equilibrado processo de crescimento verificado desde o início dos anos 2000, sem a ocorrência de episódios recessivos, como em 1998 (no caso da Coréia) e 1999 (Chile).

TABELA 1 - SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES E TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB - PAÍSES SELECIONADOS - 1994-2007

PAÍS	SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB) ⁽¹⁾		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)	
	1994-2000	2001-2007	1994-2000	2001-2007
Argentina	-3,6	2,1	1,7	5,1
Brasil	-3,0	0,4	2,4	3,4
Chile	-2,8	1,7	5,3	4,6
China	1,9	6,6	9,0	10,4
Coréia do Sul	1,0	1,5	5,2	4,8
Índia	-1,1	-0,5	6,4	7,8
Indonésia	-0,2	2,2	2,0	5,3
Rússia	4,6	8,8	0,6	6,5

FONTE: FMI

NOTA: Elaboração do autor.

(1) Média no período.

Em suma, há claras indicações da maior viabilidade de uma estratégia de crescimento amparada na ampliação da poupança interna, o que exige necessariamente a consolidação da condição de ofertante líquido de bens para a obtenção de superávits externos. Considerando a trajetória recente do câmbio, essa não parece ser a opção da equipe econômica.

Uma interpretação da conjuntura inflacionária

Gilmar Mendes Lourenço*

O cotidiano econômico brasileiro passou a incorporar repiques inflacionários nas áreas de serviços em geral e bens comercializáveis, a partir da virada do primeiro para o segundo semestre de 2007. De pronto, assistiu-se ao retorno do conservadorismo do Banco Central (BC) na condução da política monetária, particularmente na fixação das taxas de juros por parte do Comitê de Política Monetária (COPOM), ainda que as projeções contemplassem folgas nas metas de variação média de preços de 4,5% para os exercícios fechados de 2007, 2008 e 2009.

Tanto é assim que na reunião de 05 de setembro daquele organismo, influenciado pela precipitação de movimentos de volatilidade no panorama financeiro internacional, com a crise das hipotecas *subprime* nos Estados Unidos (EUA) e a provável perda de ímpeto da trajetória de sobrevalorização do real, optou, por decisão unânime, por interromper a série de reduções de 0,5 pontos percentuais na taxa básica de juros (SELIC), diminuindo-a em apenas 0,25 ponto percentual e, o que é pior, levando os mercados a interpretarem tratar-se do derradeiro declínio de 2007.

De fato, é fácil perceber o revigorecimento de focos de aquecimento da espiral de preços derivado de fatores de oferta e de demanda. Pelo ângulo da oferta emerge o alcance do limite técnico de utilização da capacidade produtiva em vários segmentos industriais e os efeitos da deterioração do aparato infra-estrutural em um ambiente macroeconômico ainda inóspito à proliferação de projetos de investimentos em ativo fixo, centrado no apreciável custo de capital, formado por tributos, juros, infra-estrutura, burocracia, falta de política industrial, dentre outros componentes. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, o grau de utilização do potencial instalado na indústria atingiu 86,0% em agosto de 2007, o maior desde 1995.

Pela ótica da demanda, contabiliza-se forte elevação dos dispêndios públicos correntes, notadamente com custeio e programas de transferência de renda, amparada por crescente carga tributária; ampliação da disponibilidade real e barateamento do custo do crédito ao setor privado, sobretudo da modalidade em consignação; incremento da massa de salários, com a recuperação dos níveis de emprego e o acréscimo das

remunerações reais (capitaneado pelo reajuste do mínimo e pelas conquistas de reposição acima da inflação por ocasião dos dissídios da maioria das categorias); e continuidade do crescimento do mercado internacional, puxado pela China e pelos EUA, com repercussões nas cotações das *commodities* agrícolas e metálicas.

Cumprido esclarecer, no que se refere ao crédito, a interferência da disseminação das transações livres, que provocaram crescimento da fatia destinada às famílias de 5,5% para 11,0% do Produto Interno Bruto (PIB) em um intervalo de tempo inferior a dois anos, motivada pela acentuação da concorrência entre as instituições.

As cadeias produtivas isentas de concorrência externa vêm tirando proveito da reativação do mercado doméstico

Voltando à inflação, enquanto as cadeias produtivas isentas de concorrência externa vêm tirando proveito da reativação do mercado doméstico para o delineamento de um processo de recomposição e/ou alargamento de margens de lucro, os segmentos do agronegócio protagonizam um espetáculo conhecido como choque de oferta, principalmente em produtos como leite, carnes, soja, milho, trigo e derivados.

Mais precisamente, o prosseguimento da extraordinária velocidade de expansão do comércio mundial ancorada na China, ladeado pela frustração da safra de trigo no Canadá e na Argentina, pelos efeitos do salto na produção de álcool nos EUA sobre os mercados de milho e soja, pela eliminação dos embargos internacionais à carne, pela influência da quebra acusada na produção de leite dos países da Oceania e por problemas climáticos no Nordeste brasileiro, constitui o fator preponderante da marcha de valorização dos produtos primários.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

Todavia, no caso brasileiro, particularmente no ramo de alimentos, é prudente considerar, ainda, um episódio de recuperação de rentabilidade depois dos prejuízos contabilizados desde o final de 2004, associados às intempéries climáticas e às distorções provocadas pela apreciação cambial derivada da orientação conservadora da gestão econômica.

O maior problema conjuntural reside na provável neutralização da recomposição do poder aquisitivo da população de baixa renda – reduto hospedeiro da maior parcela de estoque de capital político acumulado pelo governo –, e conseqüentemente de seu potencial de

mercado, vinculado ao recrudescimento inflacionário na área de bens essenciais.

A reversão ou ao menos a acomodação desse quadro menos favorável dependerá do abrandamento das causas sazonais (entressafra), da intensidade da prospectada desaceleração do crescimento da economia mundial em 2008 e das chances de a maturação dos investimentos públicos e privados em gestação no Brasil em 2007 resultar em expressiva diminuição de relevante fração da defasagem entre produção de demanda doméstica não-equacionada e/ou amortecida pelo aumento das importações.

O comércio entre o Mercosul e Israel

Guilherme Amorim*

Em dezembro de 2007, o Mercosul e o Estado de Israel assinaram o Tratado de Livre Comércio, após cinco rodadas de negociações realizadas no curso de dois anos. O acordo foi firmado em um momento politicamente conturbado dentro do bloco, e sua bem-sucedida conclusão demonstra a capacidade de coordenação do corpo de negociadores sul-americanos, a despeito de pontuais desavenças domésticas. O documento ainda precisa ser analisado pelos congressos nacionais dos estados-parte, mas não se antevê qualquer entrave à sua ratificação.

A estabilidade cambial alcançada pelos cinco países signatários em anos recentes contribuiu para que as tratativas envolvendo a gradativa redução de tarifas transcorressem sem sobressaltos. A moeda israelense, o shekel, tem se mantido estável, calcada no crescimento das exportações, no influxo de investimentos privados diretos e em um consenso político sobre metas fiscais. Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) local cresceu 5,3%, e a inflação foi de 0,5%.

O tratado prevê a eliminação de tarifas alfandegárias, nos próximos dez anos, para 95% da pauta de exportação do Mercosul e para 97% da pauta israelense. No ano passado, a corrente de comércio entre Brasil e Israel superou a marca de um bilhão de dólares, sendo aquele país responsável por 0,22% das exportações e 0,56% das importações brasileiras.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES E BRASILEIRAS PARA ISRAEL - BRASIL - 1998-2007

ANO	PARANÁ (US\$ FOB)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	BRASIL (US\$ FOB)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	PARTICIPAÇÃO PARANAENSE NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%)
1998	6 756 754	29,0	63 952 523	30,7	10,6
1999	7 008 912	3,7	72 060 003	12,7	9,7
2000	7 612 455	8,6	71 115 909	-1,3	10,7
2001	17 978 046	136,2	137 978 778	94,0	13,0
2002	11 030 262	-38,6	109 748 079	-20,4	10,1
2003	39 715 824	260,0	187 494 926	70,8	21,2
2004	21 529 061	-45,8	213 848 268	14,1	10,1
2005	17 211 011	-20,0	262 963 575	23,0	6,5
2006	27 681 512	60,8	272 531 387	3,6	10,2
2007	42 250 961	52,6	355 751 168	30,5	11,9

FONTE: MDIC-SECEX

O saldo comercial brasileiro tem sido, na última década, deficitário em relação ao de Israel, dada a maior volatilidade de preços da pauta de exportação nacional, predominantemente composta de *commodities*, especialmente grãos, açúcar e carnes congeladas. A disparidade entre o valor das importações e o das exportações repete-se na balança comercial paranaense com aquele país. O complexo soja, do lado exportador, e o de produtos químicos destinados à indústria de fertilizantes, do importador, dominam a pauta.

O acordo é vantajoso para o Paraná nas duas mãos do comércio. O acesso dos produtos agrícolas é facilitado e seus preços tornam-se mais competitivos – a soja paranaense disputa o mercado israelense com a norte-americana – e as importações, em sua maioria insumos para indústria paranaense, são desoneradas.

TABELA 2 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES E BRASILEIRAS DE ISRAEL - BRASIL - 1998-2007

ANO	PARANÁ (US\$ FOB)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	BRASIL (US\$ FOB)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	PARTICIPAÇÃO PARANAENSE NAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%)
1998	76 222 510	8,6	295 676 456	13,7	25,8
1999	76 440 330	0,3	240 327 975	-18,7	31,8
2000	91 131 426	19,5	353 491 319	47,1	25,8
2001	113 102 583	24,1	414 458 262	17,2	27,3
2002	97 805 931	-13,5	334 822 679	-19,2	29,2
2003	75 910 327	-22,4	318 432 285	-4,9	23,8
2004	115 486 425	52,1	501 784 424	57,6	23,0
2005	88 189 007	-23,6	468 502 644	-6,6	18,8
2006	117 107 803	32,8	473 742 016	1,1	24,7
2007	134 580 234	14,9	676 437 304	42,8	19,9

FONTE: MDIC-SECEX

As misturadoras de fertilizantes e herbicidas estabelecidas no Paraná, responsáveis no triênio 2005-2007 por mais de 300 milhões de dólares de compras (tabela 3), serão beneficiadas pela desoneração tarifária do superfosfato e do cloreto de potássio. A indústria de

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

informática, na qual o Paraná se destaca, capitalizada pela extraordinária demanda do mercado interno, também tende a ganhar com o tratado. Isso porque a eliminação das tarifas de componentes utilizados na montagem de computadores pessoais reduzirá custos de produção. Na pauta de exportações israelenses, essa categoria de produtos responde pela terceira maior receita, atrás de diamantes polidos e produtos químicos. O centro de desenvolvimento da Intel em Haifa foi responsável pela criação de uma nova família de processadores, o que demonstra o grau de sofisticação alcançado nesse ramo industrial.

A abertura comercial enseja boas oportunidades para o Paraná, como a recuperação das exportações de carne. Responsável pela maior quantidade de abates de aves do Brasil, o Estado é dotado de empresas plenamente adequadas com as exigências do mercado internacional. A indústria de carnes, no triênio 1999-2001, exportou o

equivalente a 7,9 bilhões de dólares para Israel; no triênio 2005-2007, o valor dessas vendas havia caído drasticamente (tabela 4). As perspectivas de reaproximação com o mercado israelense são interessantes, em um cenário de liberalização tarifária.

O tratado formaliza décadas de boas relações comerciais e diplomáticas. A eliminação de barreiras alfandegárias é uma oportunidade para que as partes diversifiquem o comércio; o desafio brasileiro – e paranaense – é incorporar produtos de maior valor agregado à pauta de exportações. O fato de Israel ter realizado acordos semelhantes com os Estados Unidos e a União Européia torna a competição acirrada, especialmente para as indústrias de máquinas e equipamentos e veículos automotores, ramos que têm demonstrado bons resultados externos. O acordo equipara a indústria brasileira àquelas, sob o ponto de vista tributário, e é possível que sua competitividade lhe permita conquistar alguns nichos de mercado.

TABELA 3 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES DE ISRAEL, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - 1999-2007

SETOR	2005-2007		2002-2004		1999-2001	
	US\$ (FOB)	Part. (%)	US\$ (FOB)	Part. (%)	US\$ (FOB)	Part. (%)
Produtos químicos	319 136 778	93,90	251 790 646	87,06	214 198 531	76,32
Outros grupos de produtos	9 798 438	2,88	29 795 160	10,30	39 071 325	13,92
Materiais elétricos e eletrônicos	4 955 512	1,46	6 308 525	2,18	23 077 093	8,22
Produtos têxteis	4 767 642	1,40	2 334	0,00	744	0,00
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	492 810	0,14	565 616	0,20	3 720 831	1,33
Outros grupos de produtos	725 864	0,21	740 402	0,26	605 815	0,22
TOTAL	339 877 044	100,00	289 202 683	100,00	280 674 339	100,00

FONTE: MDIC-SECEX

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES PARA ISRAEL, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - 1999-2007

SETOR	2005-2007		2002-2004		1999-2001	
	US\$ (FOB)	Part. (%)	US\$ (FOB)	Part. (%)	US\$ (FOB)	Part. (%)
Complexo soja	34 452 637	39,54	27 547 607	38,11	-	-
Suco de laranja congelado	17 109 066	19,63	8 029 204	11,11	903 946	2,77
Cereais	16 814 647	19,30	16 496 203	22,82	9 548 905	29,29
Madeiras e manufaturas de madeira	8 715 661	10,00	10 166 051	14,07	13 463 023	41,30
Café	2 670 276	3,06	47 083	0,07	253 813	0,78
Carnes	291 932	0,34	2 580 136	3,57	7 907 485	24,26
Materiais elétricos e eletrônicos	2 127 004	2,44	851 906	1,18	16 557	0,05
Produtos químicos	1 753 638	2,01	114 570	0,16	15 697	0,05
Produtos de confeitaria, sem cacau	1 101 448	1,26	911 814	1,26	223 739	0,69
Outros grupos de produtos	2 107 175	2,42	5 530 573	7,65	266 248	0,82
TOTAL	87 143 484	100,00	72 275 147	100,00	32 599 413	100,00

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Sinal convecional utilizado:

- Dados inexistentes.

Indústria do Paraná: os pilares do crescimento em 2007

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

A produção física da indústria paranaense apresentou crescimento de 6,7% no ano de 2007, conferindo ao Estado a quarta colocação entre as unidades da Federação, atrás apenas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse resultado confirma a recuperação do setor manufatureiro local, que registrou decréscimo produtivo de -1,6% em 2006.

A considerável evolução do *quantum* industrial no Paraná pode ser imputada às propícias condições macroeconômicas, com destaque para a expansão do crédito, favorecida pela gradual queda dos juros até o terceiro trimestre de 2007; o aumento real dos salários, derivado, entre outros, da ampliação do emprego; e a manutenção dos baixos patamares inflacionários. De acordo com dados do Banco Central, as operações de crédito do sistema financeiro corresponderam a 34,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em dezembro de 2007, percentual significativamente superior ao registrado em igual período do ano anterior, quando o montante das concessões de crédito equivaleu a 30,7% do PIB.

Em paralelo, observou-se movimento ascendente do rendimento médio do trabalhador, com elevação real de 2,3% no último mês de dezembro, comparativamente ao mesmo intervalo de 2006. Já em relação à inflação, foi cumprida a meta estabelecida para o exercício de 2007, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançando a variação de 4,5%.

Adicionalmente ao favorável quadro macroeconômico, alguns fatores particulares da economia paranaense contribuíram para o bom desempenho industrial. Primeiramente, pode-se citar o expressivo crescimento da produção agropecuária, cujos efeitos positivos não se restringiram à indústria de alimentos, beneficiando, também, segmentos como o químico e o de máquinas e equipamentos, fortemente articulados à atividade primária, sem considerar o impacto do aumento da renda no meio rural sobre a demanda global por produtos manufaturados. Conforme levantamento do Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), a produção paranaense de grãos avançou 22,9% na safra 2006/2007, ficando muito acima do crescimento anotado em nível nacional.

Ademais, as exportações estaduais de bens industrializados evoluíram a uma taxa mais alta que a das vendas externas brasileiras. No ano passado, os

embarques de mercadorias manufaturadas garantiram receitas de US\$ 7,9 bilhões aos exportadores do Paraná, valor que representou incremento de 15,2% em relação a 2006, suplantando o acréscimo de 11,7% contabilizado pelas exportações da indústria nacional.

Passando a avaliações setoriais, verifica-se que nove dos 14 ramos industriais pesquisados pelo IBGE apresentaram aumento da produção física, sobressaindo os segmentos de veículos automotores e máquinas e equipamentos, com variações de 30,5% e 21,4%, respectivamente (tabela 1). No primeiro caso, não há dúvida quanto à influência dos menores encargos e do alongamento dos prazos dos financiamentos na notável performance, dada a preponderante participação nas vendas totais do comércio amparado em crédito. Somente a título de ilustração, a produção da fábrica da Renault, localizada em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), atingiu 109,2 mil unidades em 2007, incluindo veículos de passeio e utilitários, o que correspondeu a uma elevação de 59,8% em relação a 2006.

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - 2007

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)
Alimentos	3,5
Bebidas	-0,8
Madeira	-6,2
Celulose, papel e produtos de papel	-0,6
Edição e impressão	-14,2
Refino de petróleo e álcool	-3,7
Outros produtos químicos	10,9
Borracha e plástico	2,4
Minerais não-metálicos	5,6
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	5,4
Máquinas e equipamentos	21,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	19,2
Veículos automotores	30,5
Mobiliário	12,9
INDÚSTRIA GERAL	6,7

Fonte: IBGE

* Administrador, coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

Já no que se refere ao crescimento da indústria de máquinas e equipamentos, conforme colocado anteriormente, é clara a interferência positiva da expansão do produto agropecuário, resultando, por exemplo, na ampliação da fabricação de tratores e colheitadeiras, produtos que são representativos no *quantum* setorial.

Além desses dois ramos, pode-se fazer menção ainda ao segmento alimentício, considerando a sua importância relativa no total da renda gerada pelas atividades industriais. Em 2007, a produção física desse ramo apresentou incremento de 3,5%, com grande contribuição das atividades de abate de aves e fabricação

de açúcar, refletindo a combinação do dinamismo das exportações com o aumento do consumo interno.

Em contrapartida, alguns segmentos exibiram queda nos volumes produzidos, como as indústrias madeireira e de refino de petróleo. No tocante à produção de madeira, são nítidos os prejuízos causados pela apreciação cambial, ampliados pelo alto coeficiente de exportação da atividade, ao passo que na indústria petroquímica houve forte influência das paradas técnicas na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), afetando principalmente a fabricação de óleo *diesel*.

A indústria brasileira em 2007

Gilmar Mendes Lourenço*

Os resultados da indústria brasileira no ano de 2007 enfeixam um cenário bastante positivo, retratando a melhor performance desde o exercício de 2004, que, por sinal, foi marcado por um movimento de recuperação ou superação da trajetória de estagnação econômica delineada em 2002 e 2003, ligada ao movimento especulativo desencadeado pelo risco Lula e à recessão promovida pelo novo governo no afã da obtenção da conquista da confiança dos mercados financeiros.

Levantamentos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam crescimento de 5,1% das vendas reais (faturamento descontada inflação), 4,0% nas horas trabalhadas na produção e 3,8% nos níveis de emprego. O grau de utilização da capacidade produtiva atingiu 83,0%, superando o patamar de 2004 (81,4%), de acordo com a CNI, e 86,7% segundo a Sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na mesma direção, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou expansão de 6,0% na produção industrial, a maior desde a taxa de 8,3% experimentada em 2004.

Os elementos determinantes do comportamento bastante animador acusado pelo parque manufatureiro brasileiro podem ser encontrados na combinação entre os reflexos da continuidade do crescimento da economia mundial (ainda que em ritmo mais lento que no período 2003-2006) sobre as cotações das *commodities* (agrícolas, minerais e metálicas) e o pronunciado acréscimo da demanda doméstica.

No caso da economia internacional, a despeito dos constrangimentos demonstrados pela economia dos Estados Unidos (EUA), a partir da eclosão da crise em parte do segmento imobiliário, o prosseguimento da urbanização da China e da Índia revelou poder de impulsionar a demanda e os preços das matérias-primas e dos alimentos, favorecendo o comércio externo de nações como o Brasil, mesmo com a restrição representada pelo atraso na taxa de câmbio, fruto da orientação econômica com viés monetarista.

Já o incremento da demanda interna pode ser imputado à combinação virtuosa entre ampliação da oferta e redução do custo do crédito, alargamento dos prazos de financiamento das compras a prazo, recuperação da massa de salários (emprego e rendimentos reais) e disseminação dos programas oficiais de transferência de renda.

As variáveis macroeconômicas mais beneficiadas por este clima propício foram o consumo e o investimento,

ficando os destaques setoriais por conta do agronegócio e dos fabricantes de bens de consumo duráveis. Tanto é assim que, conforme o IBGE, as mais expressivas variações na produção foram observadas em material de transporte, eletrodomésticos e máquinas agrícolas.

Contudo, as estatísticas também atestam tratar-se ainda de um comportamento disforme, pois enquanto a ponta movida a crédito, sustentada nos bens de consumo duráveis, cresceu 9,2%, aquela determinada pela evolução dos salários (não-duráveis e semi) ascendeu 3,4%. Em paralelo, a produção da base de bens de capital (máquinas, equipamentos, instalações voltadas à modernização e elevação da capacidade produtiva nominal) cresceu 19,5%, e a de bens intermediários aumentou 4,9%, o que valida a argumentação corrente acerca do esgotamento das margens de ociosidade na área de insumos básicos e dos estrangulamentos na infra-estrutura, em face do longo prazo de maturação dos projetos em meio à ausência de condições regulatórias adequadas ao retorno dos investimentos.

A sobrevalorização do real barateou a ampliação e a modernização das linhas fabris por meio das importações

Apesar de o BNDES ter liberado R\$ 25,6 bilhões para projetos infra-estruturais em 2007, o que significou acréscimo de 62,0% em relação a 2006, os investimentos públicos cresceram menos de 2,0% acumulados em dois anos, mesmo considerando as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A par disso, levantamento da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) atesta piora no acesso aos serviços de infra-estrutura por parte da população mais pobre (com rendimentos mensais inferiores a um salário mínimo), especialmente o acesso à coleta de esgoto, à rede de abastecimento de água e à telefonia.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

No que diz respeito à forte subida da produção de bens de investimento e à minimização das pressões inflacionárias pelo lado da oferta, é interessante assinalar o peso da sobrevalorização do real, barateando a ampliação e modernização das linhas fabris por meio das importações e da reativação da construção civil, em resposta à cesta de diminuição de impostos oferecida desde 2006. As aquisições de máquinas e equipamentos procedentes do exterior cresceram 32,0% em 2007.

A permanência do panorama expansivo depende da não-ocorrência de uma recessão mundial capitaneada pelos EUA e de seus impactos deflacionários sobre as *commodities* e do lançamento de uma espécie de selo de garantia às raízes internas da recuperação industrial, particularmente do crédito, do emprego e do poder de

compra dos salários do piso da pirâmide social, o que, por seu turno, exige a adoção de uma engenharia econômica que preserve o controle da inflação e da capacidade de endividamento da população, em um contexto de majoração de custos financeiros, associada ao aumento do IOF decretado no começo do ano, e da aceleração da inflação de alimentos. Só em caráter ilustração, segundo a LCA Consultores, a inadimplência dos consumidores subiu de 11,0% para 12,4% entre janeiro e dezembro de 2007.

Igualmente importante seria a edificação dos alicerces de crescimento de longo prazo, por meio do encaminhamento de mais uma geração de reformas (tributária, financeira, fiscal, trabalhista e previdenciária), capaz de devolver a competitividade sistêmica à indústria do País em tempos de globalização.

A importância dos estudos sobre infra-estrutura e logística

Agemir de Carvalho Dias*, Fernando Raphael Ferro de Lima**

Após duas décadas de baixo desenvolvimento econômico, o País voltou a crescer a taxas razoáveis, impulsionado pelo mercado mundial. Para garantir a sustentabilidade dessa nova fase econômica, é urgente a retomada dos investimentos e do planejamento na área de infra-estrutura.

O processo de globalização que integrou as economias nacionais trouxe benefícios, mas passou a exigir que a infra-estrutura não apenas atendesse às necessidades básicas da população, mas que também servisse como suporte à competitividade das empresas. Os custos envolvidos no processo de produção, tanto os anteriores à fabricação (como custo de energia) quanto os posteriores (como o de transporte e despacho), têm grandes implicações sobre o preço final dos produtos, vinculando fortemente a competitividade das empresas à infra-estrutura nacional.

A expansão do comércio mundial levou a um crescimento significativo da demanda por transporte. Nas últimas décadas, observa-se pronunciada intensificação dos fluxos comerciais (tabela 1), exigindo a modernização/expansão dos meios de transporte e, conseqüentemente, o aumento dos investimentos no sistema logístico.

TABELA 1 - IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES MUNDIAIS EM DÓLARES CORRENTES - BRASIL - 1950-2006

ANO	VALOR (US\$ MILHÕES)	
	Exportações	Importações
1950	62 000	64 000
1960	130 000	137 000
1970	317 000	329 000
1980	2 034 000	2 075 000
1990	3 449 000	3 550 000
2000	6 454 000	6 725 000
2006	12 083 000	12 413 000

FONTE: OMC

NOTA: Extraído de <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.htm>. Acesso em: 19 fev. 2008.

Em paralelo, economias emergentes ganharam espaço no mercado mundial, quebrando o padrão de comércio norte-sul. No caso do Brasil, assistiu-se a um avanço das relações de troca e a uma maior integração produtiva com os países em desenvolvimento, principalmente os latino-americanos, o que alterou as rotas e os modais utilizados na movimentação de cargas. No cômputo geral, constata-se que os volumes e os valores relativos às exportações nacionais evoluíram de forma expressiva nos últimos anos (tabela 2).

TABELA 2 - VALOR E VOLUME DAS EXPORTAÇÕES - BRASIL - 1996-2007

ANO	US\$ FOB	PESO LÍQUIDO	
		Toneladas	Variação (%)
1996	47 746 728 158	199 287 821	-
1997	52 994 340 527	208 866 943	4,8
1998	51 139 861 545	230 252 111	10,2
1999	48 012 789 947	228 644 810	-0,7
2000	55 118 919 865	244 638 980	7,0
2001	58 286 593 021	272 638 390	11,4
2002	60 438 653 035	295 607 854	8,4
2003	73 203 222 075	321 128 452	8,6
2004	96 677 838 776	376 051 317	17,1
2005	118 529 184 899	396 989 439	5,6
2006	137 807 469 531	424 389 414	6,9
2007	160 649 072 830	461 654 948	8,8

FONTE: MDIC-SECEX

Neste contexto, foi natural o aumento da pressão sobre o sistema de transportes do País, que, como um todo, não recebeu investimentos proporcionais para suprir essa demanda e, conseqüentemente, passou a apresentar gargalos na infra-estrutura.

A abertura comercial, que criou uma pressão extra sobre a infra-estrutura, foi acompanhada de uma intensificação da desconcentração industrial. Os novos processos produtivos, como a produção puxada pela demanda, a busca por menores custos pelas indústrias e o desenvolvimento de novas tecnologias, proporcionaram uma intensificação da demanda por transporte interno, sobretudo na indústria.

A desconcentração industrial esteve intimamente ligado à presença de infra-estrutura, num processo que Clélio Campolina Diniz¹ chamou de desenvolvimento poligonal. No final dos anos 1990, Carlos Américo Pacheco² descreveu o processo de crescimento como ilhas de desenvolvimento, já que as poucas áreas não-estagnadas do País estavam melhor servidas de infra-estrutura.

Por tudo isso, não há dúvidas quanto aos desafios que são postos à infra-estrutura no Brasil. Em comparação com outros países, nota-se uma clara desvantagem nacional em termos de investimento. A Índia tem aplicado anualmente cerca de 6% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em infra-estrutura, enquanto na China esse valor chega a 20% do PIB. Na América Latina e no Brasil, a estimativa é de que o investimento em infra-estrutura tenha

* Sociólogo, técnico do IPARDES.

**Geógrafo, técnico do IPARDES.

sido menor que 2% do PIB, muito abaixo da marca de 6% indicada como necessária por especialistas³.

A escassez de recursos para a infra-estrutura deve-se à prolongada crise fiscal do Estado brasileiro. No setor elétrico, o apagão de 2001/2002 destacou os limitados investimentos. Desde então, o País tem vivido sucessivos “apagões”, como o recente caso do setor aeroportuário, também relacionado a uma expansão maior da demanda em relação à oferta de serviços.

Especificamente quanto ao transporte rodoviário, é inquestionável o processo acelerado de deterioração das malhas. A Confederação Nacional do Transporte (CNT), em sua pesquisa anual sobre o pavimento das rodovias, que avaliou 87.592 quilômetros em 2007, indica que apenas 10,5% do pavimento pode ser considerado “ótimo”, abaixo dos percentuais referentes às classificações “bom” (15,6%), “regular” (40,8%), “ruim” (22,1%) e “péssimo” (11%).

Obviamente, tais condições refletem diretamente sobre a segurança no transporte. O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) avalia em R\$ 5,3 bilhões os custos com acidentes de trânsito em 2001, isso apenas nas grandes cidades⁴. Em outro estudo sobre os acidentes em rodovias, os custos, incluídos aqueles referentes a mortes (translado do corpo), indenizações, cuidados médicos, perdas de carga, tempo durante o qual o veículo permanece parado, reparos e/ou substituições, foram calculados em R\$ 25 bilhões por ano para 2004 e 2005.⁵

Esse montante é mais que o total aplicado na ampliação e na recuperação de rodovias, estimados entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 4,9 bilhões de reais entre 2005 e setembro de 2007. Em razão desse conjunto de deficiências, o custo logístico no Brasil atinge 12,63% do PIB, contra 8,19% nos EUA. Deve-se considerar que o transporte responde pela maior parcela do custo logístico⁶.

Na tentativa de compensar a restrita capacidade de investimento do setor público, foi incentivada a participação da iniciativa privada. Entretanto, o investimento privado foi insuficiente para suprir a demanda, devido às restrições, aos atrasos legais e às dúvidas quanto à questão regulatória, havendo, ainda, a influência das crises enfrentadas pelos emergentes a partir dos anos 1990.

Recentemente, na infra-estrutura rodoviária foram retomados os programas de concessão. Em leilão realizado em outubro de 2007, foram concedidos à

iniciativa privada 2.610 quilômetros de rodovias federais, entre elas a Régis Bittencourt (BR-116 - Curitiba-São Paulo). Em janeiro de 2008, o estado de São Paulo concedeu mais 1.500 quilômetros de rodovias, com investimentos previstos de R\$ 30 bilhões em 30 anos. O estado de Minas Gerais também apresentou a proposta de concessão de mais 7 mil quilômetros.

Pode-se mencionar a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que reavivou o debate sobre os grandes investimentos em infra-estrutura, tanto públicos quanto privados, para estimular o crescimento econômico. Estudos feitos por Ferreira e Malliagros⁷, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre o impacto da infra-estrutura no PIB demonstraram que há uma forte relação entre PIB e infra-estrutura. Segundo o estudo, o impacto do crescimento de 1% do capital fixo em infra-estrutura é da ordem de 0,55% a 0,61% na renda nacional. Um incremento de 1% no investimento em infra-estrutura gera, no curto prazo, uma variação de 0,39% no PIB.

Tendo esse quadro como pano de fundo, o IPARDES lançará a publicação denominada *Caderno de infra-estrutura e logística*, com o objetivo de realizar estudos sistemáticos e subsidiar agentes públicos e privados ligados ao setor. Mediante a disponibilização de estudos e bases estatísticas sobre o setor, a publicação permitirá que pesquisadores e demais usuários tenham acesso a informações sobre infra-estrutura.

O caderno pretende auxiliar na compreensão e nas avaliações da crise que o setor atravessa, buscando analisar os impactos de medidas que venham a ser tomadas. A criação de um veículo de divulgação das bases estatísticas sobre o assunto tem, ainda, o papel de sensibilizar o governo e a sociedade para a necessidade de produzir informações para viabilizar estudos futuros, principalmente prospectivos.

Nesse sentido, sabe-se que a escassez de informações específicas sobre a infra-estrutura de transporte acaba por restringir demasiadamente as análises setoriais, havendo atualmente poucas fontes de dados, como a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); o Sistema de Informações de Fretes (SIFRECA) da ESALQ/USP; a CNT e as concessionárias rodoviárias e ferroviárias, entre outros. Ainda assim, o projeto de infra-estrutura e logística do IPARDES espera contribuir para o debate sobre os rumos do setor, tanto em nível nacional quanto no âmbito estadual.

Notas

¹ DINIZ, C. C. *Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização*. *Nova economia*. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

² PACHECO, C. A. *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para discussão, 633).

³ CANZIAN, Fernando. País fica para trás na solução de gargalho de infra-estrutura. *Folha de S.Paulo*, 10 set. 2007. p. B5.

⁴ IPEA. *Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas: síntese da pesquisa*. Brasília, 2003. <http://www.ccs.saude.gov.br/sociedadeviva/publicacoes/transito/impactos_acidentes_transito.pdf>. Acesso em: 5/2/2008.

⁵ LIMA, Ieda. *Projeto Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras*. <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/acidentesdetransito/Apresentacao02.pdf>>. Acesso em: 5/2/2008. Trabalho apresentado ao Seminário Sequelas Invisíveis dos Acidentes de Trânsito, Brasília, jul. 2006.

⁶ Os outros custos logísticos são o administrativo, o de armazenagem e o de estoque. (LIMA, M. P. *Custos logísticos na economia brasileira*. *Revista Tecnológica*, jan. 2006. Disponível em: <http://www.coppead.ufrj.br/pesquisa/cel/new/art_custos_logisticos_economia_brasileira.pdf>. Acesso em: 5/9/2006).

⁷ FERREIRA, P. C.; MALLIAGROS, T. G. *Impactos produtivos da infra-estrutura no Brasil: 1950-1995*. Disponível em: <<http://epge.fgv.br/porta/arquivo/1180.pdf>>. Acesso em: 22/2/2008.

ALGUNS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Como um programa de transferência direta de renda, o Bolsa Família beneficia famílias brasileiras em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e de extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei n.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto n.º 5.749, de 11 de abril de 2006 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O Bolsa Família também integra o Programa Fome Zero, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

Apesar de o Programa possuir um viés assistencialista, seus resultados têm mostrado o impacto que políticas públicas de distribuição de renda podem ter na vida diária da população mais pobre. Além disso, o programa ainda pode ser aperfeiçoado.

Com atendimento de 45,8 milhões de brasileiros e responsável por cerca de 40% da redução da desigualdade social entre 2001 e 2005, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Bolsa Família conta com a aprovação de especialistas, que avaliam o custo-benefício do Programa e seu impacto na despesa pública.

Sob o ponto de vista econômico, o Bolsa Família tem o mérito de atingir a população de extrema pobreza com custo relativamente baixo. Por exemplo, o governo destinou ao Programa R\$ 6,1 bilhões nos primeiros nove meses de 2007, enquanto gastou, no mesmo período, R\$ 16,9 bilhões com o benefício do auxílio-doença.

Com o objetivo de evitar que adolescentes com mais de 15 anos de idade abandonem a escola, o Ministério criou recentemente uma extensão da faixa etária para pagamento de benefício no Programa.

Segundo levantamentos do IPEA, alunos de famílias beneficiárias frequentam mais a escola do que aqueles que não são atendidos pelo Programa de transferência de renda. A evasão escolar também diminuiu na parcela de estudantes beneficiários: a partir de março deste ano, jovens de 16 e 17 anos de famílias atendidas vão receber um benefício variável no valor de R\$ 30,00,

limitado a duas pessoas por grupo familiar, acumulado ao valor pago atualmente.

Embora a nova modalidade seja vinculada ao adolescente, o benefício será pago à família. Os valores transferidos pelo Programa hoje variam de R\$ 18,00 a R\$ 112,00, e com a expansão da faixa etária poderão chegar ao máximo de R\$ 172,00. O critério, antes da mudança, previa benefício básico de R\$ 58,00 a famílias consideradas extremamente pobres (renda mensal *per capita* de até R\$ 60,00) mais o benefício variável por filhos de até 15 anos, limitado a três, condicionado à frequência à escola e ao cartão de vacinação em dia.

As famílias com renda *per capita* entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00 recebem apenas o benefício variável de R\$ 18,00 por filho de até 15 anos, limitado a três. Esse limite passará a ser de cinco benefícios variáveis, com valores diferenciados. Com as alterações, os jovens só deixarão o Programa no ano seguinte àquele em que completarem 18 anos (16 anos atualmente).

O pagamento do benefício variável de R\$ 30,00 ao jovem será imediato. A família passará a receber o novo valor no mês subsequente ao aniversário, e não no ano seguinte, como determina a regra de saída do Programa.

DESEMPENHO NO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL BRASILEIRO EM 2007

O mercado de trabalho na indústria brasileira apresentou no ano passado o melhor desempenho desde 2001, refletindo aumento da produção no setor vinculado à demanda interna. O emprego na indústria cresceu 2,2% – a maior variação anual apurada na série do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciada naquele ano. Os segmentos que mais contrataram foram alimentos e bebidas, e meios de transporte, incluindo automóveis e máquinas e equipamentos.

A estabilidade na economia, o aumento do poder de compra dos trabalhadores e a qualidade do emprego criado na indústria foram fatores que confirmaram o aumento na folha de pagamento nas empresas. A terceirização e a informalidade diminuíram como efeito da criação de empregos com carteira assinada.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

** Pedagoga, técnica da equipe permanente desta publicação, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

Com relação ao desemprego, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada mediante parceria entre a Fundação SEADE e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), houve queda da taxa de 16,8% da PEA em 2006 para 15,5% da PEA em 2007 nas seis regiões metropolitanas investigadas. O contingente de desempregados foi estimado em 3 milhões – 180 mil a menos que em 2006.

A produtividade do setor industrial cresceu 4,16% em 2007, quase o dobro de 2006, quando o ganho foi de 2,5%. Isso se deveu à combinação entre incremento de 6,02% na produção física e de 1,79% no total de horas pagas. A produtividade aumentou em 11 setores industriais, com destaque para máquinas e equipamentos e fabricação de meios de transporte.

O COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ EM 2007

O faturamento do comércio varejista do Estado do Paraná cresceu 14,0% em 2007, contra média nacional de 13,5%, configurando o 17.º melhor desempenho entre as 27 unidades federativas do Brasil, atrás, por exemplo, de Santa Catarina (15,2%) e São Paulo (14,5%), segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A performance estadual revelou-se expressiva nos segmentos de equipamentos e materiais para escritório, informática e telecomunicações (28,4%), veículos, motocicletas, partes e peças (25,9%), materiais de construção (23,1%) e móveis e eletrodomésticos (12,4%). Os fatores determinantes desse ímpeto

das vendas incluem a recuperação dos rendimentos reais (salário e emprego) e, sobretudo, a ampliação da oferta e a redução do custo do crédito (notadamente a modalidade em consignação), o alongamento do prazo de pagamento dos financiamentos dos bens de consumo duráveis, e a disseminação da utilização dos cartões.

Adicionalmente, o ramo de materiais de informática foi bastante favorecido pela redução dos preços dos insumos e dos produtos finais importados, associada à sobrevalorização do real, e otimizado pelo pronunciado grau de concentração de renda ainda prevacente no Estado, sobretudo nas áreas urbanas, foco do alargamento do uso das tecnologias de informação.

Enquanto isso, a impulsão das vendas de material de construção refletiu a diminuição da cesta de impostos na comercialização de itens básicos e a restauração dos níveis de renda da população, afetando positivamente a construção residencial e os dispêndios atrelados à realização de reformas, característicos do consumo “formiguinha”. No caso de combustíveis, o comportamento também pode ser explicado pelo resgate da rentabilidade do agronegócio, em virtude da elevação da produção e dos preços, puxados pelo mercado externo.

Nas demais atividades, a despeito das taxas positivas, a comercialização no Paraná apresentou ritmo modesto, ficando bastante aquém do experimentado pelo País, especialmente em artigos farmacêuticos, livros, jornais e revistas e hipermercados e supermercados. Esse menor dinamismo ainda pode ser imputado à menor presença dos programas oficiais de transferência de renda no território estadual e à provável restrição orçamentária imposta pelo alcance do teto de endividamento da população.

Paraná - Destaques Econômicos*

*Guilherme Amorim***, *Arthur Lucas de Freitas*, *Mário Ricardo Mallassa* e *Sthefani Pinheiro dos Passos****

AGROPECUÁRIA

Centro de distribuição da Aurora no Paraná

O Paraná será a sede do maior centro de distribuição e armazenagem da Cooperativa Central Oeste Catarinense, que comercializa os produtos com a marca Aurora. O centro logístico inaugurado fica na BR-376, no município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (RMC). O local terá capacidade de armazenamento de 15 mil toneladas e recebeu investimentos de aproximadamente R\$ 40 milhões.

Com sede em Chapecó (SC), a Aurora reúne 17 cooperativas, 77,5 mil produtores e oferta 700 produtos entre carnes de aves, suínos, lácteos, pizzas e rações. Estimava faturar R\$ 2,2 bilhões em 2007 e atingir um crescimento de R\$ 700 milhões em 2008.

Segundo o presidente da cooperativa, a meta da Aurora é ampliar em cerca de 5% as exportações, que atualmente representam 20% do faturamento da empresa. Os principais mercados consumidores são Europa, Japão, Oriente Médio e Rússia, sendo que 18% das exportações são de aves.

O complexo é uma parceria entre a Aurora e a EspaçoFrio Armazenagem Frigorífica Ltda., que fez o investimento e locou o espaço por dez anos à cooperativa. Os dois grupos já trabalham juntos na distribuição de alimentos no Paraná e em parte do interior de São Paulo. Instalado em uma área de 100 mil m², o centro logístico terá capacidade para armazenar 11 mil toneladas de congelados e 4 mil toneladas de resfriados. O objetivo do novo centro de distribuição será melhorar a penetração nos estados do Paraná e Santa Catarina, principalmente na região do Vale do Itajaí.

OLIVEIRA, Rosângela. Aurora inaugura centro de distribuição no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 21 dez. 2007. p. 28.

Cooperativa libera sobra de recursos para associados

Devido aos bons resultados da agricultura no ano de 2007, a Cooperativa Integrada liberou parte das sobras do ano para os mais de 5 mil associados. Serão distribuídos R\$ 2,6 milhões, de

acordo com o volume de produção entregue à cooperativa no ano de 2007, e bonificação pelo plantio da soja convencional.

Embora o resultado de 2007 não esteja consolidado, a Cooperativa Integrada espera atingir o faturamento previsto, superior a R\$ 800 milhões.

COOPERATIVA distribui R\$ 2,6 mi para associados. **Folha de Londrina**, 21 dez. 2007. p. 8.

Maçã mais resistente ao calor

A maçã IPR Julieta, desenvolvida pelo Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), tornou-se opção de cultivo para regiões que não têm as 1,2 mil horas de temperatura abaixo de 7 graus, exigidas por variedades tradicionais como Fuji e Gala. A IPR Julieta tem como diferencial a menor exigência de dias frios. Segundo pesquisador do IAPAR, a nova variedade tem como objetivo servir de polinizadora para a variedade IAPAR 75-Eva, lançada em 1999 e atualmente disseminada em zonas produtoras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

A IPR Julieta é resistente à mancha-foliarda-macieira e sofre pouco ataque de oídio, sarna e ácaros; é adaptada para plantio nas regiões centro-norte e sul do Paraná. No entanto, não pode ser estocada em refrigeradores por até cinco meses, como as demais, e precisa ser consumida em duas ou três semanas.

As maçãs possuem bons aspectos comerciais, com tamanho médio acima de 150 gramas e sabor levemente acidulado. A expectativa de produtividade é superar 35 toneladas por hectare.

MAÇÃ Julieta ganha novo status. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 jan. 2008. Caminhos do Campo, p. 7.

NOVA maçã do IAPAR dispensa o frio. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 dez. 2007. Caderno Rural, p. 36.

Recursos para a agropecuária

O Paraná receberá dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário R\$ 22 milhões, que terão contrapartida do Governo do Paraná para serem aplicados na agropecuária do Estado. Os recursos destinam-se à infra-estrutura na agricultura familiar, nos assentamentos da reforma agrária e na execução de políticas de assistência técnica e sanidade e defesa agropecuária.

*Elaborado com informações disponíveis entre 14/12/2007 a 29/01/2008.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

De acordo com a Secretaria Estadual da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, R\$ 10 milhões vão para o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para projetos destinados aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária. Serão R\$ 6 milhões liberados pela Secretaria Nacional de Agricultura Familiar, com contrapartida do Governo do Paraná – recursos que serão destinados à assistência técnica para a agricultura familiar. Os outros R\$ 4 milhões do convênio financiarão a parceria EMATER/INCRA para atendimento de assentamentos. Também serão contratados 137 técnicos de níveis médio e superior, que prestarão assistência técnica às famílias de assentados no Estado.

PARANÁ recebe recursos de R\$ 22 milhões. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 dez. 2007. p. 28.

Cooperativas têm arrecadação recorde em 2007

O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) divulgou a arrecadação obtida pelas 234 cooperativas paranaenses em 2007. A movimentação foi de R\$ 18,5 bilhões, 12% maior que a do ano anterior, e supera em 2,7% (R\$ 500 milhões) o recorde de 2004. Segundo a OCEPAR, essa arrecadação provém de um aumento da produção de grãos, da alta nos preços das *commodities* agrícolas e do bom desempenho dos ramos de crédito e saúde. Há cada vez mais dedicação às exportações, que cresceram 29% em 2007. Em 2007, a produção de grãos cresceu 22,7% no Estado – dois terços das lavouras pertencem a cooperativados.

As 234 cooperativas reúnem 451 mil produtores e geram 51 mil empregos diretos. Os investimentos no ciclo 2007/2008 deverão superar R\$ 1 bilhão e totalizar R\$ 2,5 bilhões nos próximos três anos.

COOPERATIVAS movimentam R\$ 18,5 bi. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 dez. 2007. p. 30.

COOPERATIVAS têm arrecadação recorde. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 dez. 2007. p. 16.

IAPAR desenvolve nova variedade de feijão

Foi apresentado no *Show Rural*, em Cascavel, uma nova variedade de feijão desenvolvida pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), o IPR Eldorado. Esta é a terceira modalidade de feijão carioca resistente ao vírus mosaico dourado desenvolvida pelo IAPAR. A nova variedade apresenta boas características comerciais, como a ausência de halo alaranjado nos grãos.

No mesmo evento, 11 cultivares de feijão do IAPAR de diferentes ciclos de maturação e que se enquadram nos diversos sistemas produtivos do Paraná foram apresentados. Algumas culturas já são bastante conhecidas, mas a maioria foi finalizada recentemente.

FEIJÃO resistente. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 jan. 2008. Empresas, p. B11.

IAPAR destaca feijão e algodão no *Show Rural*. **Folha de Londrina**, 25 jan. 2008. Economia, p. 4.

NOVO feijão. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 25 jan. 2008. p. 29.

C.Vale investirá em 2008

A C.Vale, cooperativa paranaense, investirá em sua rede de recebimento de produtos. A cooperativa faturou R\$ 1,4 bilhão em 2007, 46% a mais que no ano anterior.

O cultivo de grãos foi o maior responsável pelo bom desempenho do ano passado, mas os cooperados ligados à produção de leite, mandioca, frangos e suínos também obtiveram bons resultados.

C.VALE cresce. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 jan. 2008. Empresas, p. B12.

AGROINDÚSTRIA

Big Frango anuncia expansão

A Big Frango, sediada em Rolândia na região Norte Central do Paraná, iniciou a construção de dois frigoríficos, em Ubitatã (96 km ao sul de Campo Mourão) e em Primavera do Leste (MT). A empresa dobrou o número de abates em Rolândia, atingindo 350 mil aves por dia. A unidade de Ubitatã será construída em *joint venture* com a Cooperativa Agroindustrial União de Ubitatã (COAGRU). Os sócios terão participação igualitária no negócio e irão produzir aves com a marca Big Frango. A planta industrial terá uma fábrica de rações, a ser inaugurada no primeiro semestre de 2008, e um frigorífico, que deverá entrar em funcionamento em 2009. Inicialmente, serão gerados cerca de mil empregos diretos. No primeiro ano, serão abatidas 80 mil aves por dia, com meta de abater 500 mil aves diariamente em 2014. O projeto, denominado INPAR, prevê a utilização de soja e milho recolhidos pela cooperativa na fabricação de ração. Os cooperados devem participar do projeto como parceiros integrados na criação de frangos.

O Grupo Big Frango pretende chegar a 2009 como a quinta maior indústria do País em número de abate de aves.

MAZZINI, Fernanda. Indústria de frango anuncia expansão. **Folha de Londrina**, 22 dez. 2007. Economia, p. 9.

Usina de biodiesel em Palmeira

O município de Palmeira, na região dos Campos Gerais, receberá uma usina de biocombustível. A fábrica, estimada em R\$ 120 milhões, é a primeira construída com recursos da Petrobras no Paraná. A Prefeitura cedeu um terreno de 500 hectares para sua instalação. Considerado pólo de agricultura familiar, o município conta com boas opções para escoamento da produção: a BR-277 e uma linha férrea ligam a região ao Porto de Paranaguá.

As obras devem começar em 2008 e empregarão cerca de 400 pessoas. Após concluída, a fábrica terá pelo menos 150 empregados e deverá beneficiar 3 mil agricultores. A unidade processará girassol, soja, mamona, gordura animal e óleo usado. A Secretaria de Agricultura do Paraná organizará os produtores rurais do Centro-Sul do Estado para que eles atendam à demanda por oleaginosas. A fábrica paranaense produzirá 113 milhões de litros por ano.

BIODIESEL no Paraná. **Valor Econômico**, 2 jan. 2008. Empresas, p. B12.

GONÇALVES, André. Palmeira receberá usina de biodiesel estimada em R\$ 120 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 dez. 2007. p. 21.

Indústria de biodiesel em Ibiporã

A cidade de Ibiporã, localizada no Norte Central Paranaense, receberá a Biopetro Indústria e Comércio de Biodiesel, que deverá começar a funcionar até o final de março de 2008. A indústria deverá ser instalada em um terreno de 23 mil m², doado pela Prefeitura, localizado no Jardim John Kennedy e com saída para o município de Jataizinho.

A planta utilizará como matéria-prima o sebo bovino (gordura) produzido por matadouros e curtumes do norte do Estado e terá capacidade para processar 20 toneladas por dia. Aproximadamente R\$ 5 milhões serão investidos na sua implantação.

IBIPORÃ terá indústria de biodiesel. **Folha de Londrina**, 3 jan. 2008. p. 6.

Cia. Iguaçu pretende investir na Europa

A Cia. Iguaçu de Café Solúvel planeja investir em uma nova fábrica, que deve ser instalada em algum país da União Européia (UE) ou na Rússia. Pesam sobre a decisão da instalação da nova planta a proibição de operações de *drawback* (importação de insumos para reexportação) pelo governo brasileiro e a tarifa de 9% imposta pela UE sobre o produto brasileira.

A Cia. Iguaçu de Café Solúvel, controlada pelo grupo japonês Marubeni, é a terceira maior exportadora de solúvel do País, exportando 70% de sua produção, com faturamento de cerca de R\$ 500 milhões anuais. A empresa tem um consumo global de 620 mil toneladas, sendo que 25% deste valor está concentrado na União Européia. A Cia. Iguaçu é a maior vendedora de solúvel do Brasil para o Japão. Sua única fábrica no Brasil, localizada em Cornélio Procópio (Norte Pioneiro), possui capacidade para produzir até 20 mil toneladas de café por ano.

A empresa está aumentando a sua participação em mercados da Ásia e América do Sul. Para o Brasil, há planos de investir R\$ 20 milhões em uma caldeira de biomassa, utilizando borra de café, em substituição à queima de combustíveis fósseis.

SCARAMUZZO, Mônica. Cia. Iguaçu planeja investir em fábrica na Europa ou Rússia. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 jan. 2008. Empresas, p. B12.

Capal efetua ampliações

A Capal Cooperativa Agroindustrial, que teve uma boa safra de trigo e elevou a sua comercialização de leite em 2007, informou que concluiu a construção de unidades de recepção e secagem de grãos em Arapotí, na região Centro-Oeste do Paraná, e em Itararé (SP). A cooperativa planeja expandir suas instalações em Wenceslau Braz, no Norte Pioneiro, antes da próxima safra de verão.

CAPAL eleva receita. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 jan. 2008. Empresas, p. B12.

Paraná é o segundo maior produtor de leite do País

O Paraná passou a ocupar o segundo lugar no *ranking* nacional da produção de leite, atrás somente de Minas Gerais, e três de suas cidades são as maiores produtoras nacionais – Castro (região Centro-Oriental do Estado), Marechal Cândido Rondon e Toledo (região Oeste). Essa estrutura vem sendo preparada há trinta anos por programas das cooperativas, do Governo do Estado

e das prefeituras. O clima da região e a estrutura fundiária, em que predominam as pequenas propriedades familiares, são determinantes para o resultado. Houve, também, a importação de matrizes para promover a melhoria genética e uma evolução no manejo das pastagens.

Em Toledo, os 26 condomínios rurais instalados desde 1999 beneficiam 463 produtores. Em Rondon, está em processo de implantação uma cooperativa de produtores, que deve viabilizar a compra coletiva de insumos. Nesse município, há cerca de um ano, 170 agropecuaristas estão vendendo os 30 mil litros de leite diários para o interior paulista. De acordo com dados do Departamento de Economia Rural (DERAL), do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) de Toledo, o volume da safra 2005/2006 Marechal Cândido Rondon alcançou 90 milhões de litros, e Toledo produziu pouco mais de 60 milhões de litros.

Para a Castrolanda, cooperativa que tem 670 associados na região de Castro, o leite, em 2007, passou a ser o principal produto da cooperativa, superando a soja. Em 2006, a cooperativa aumentou a produção de leite para 139,9 milhões de litros ao ano, volume 11,6% maior que o de 2005. Financeiramente, a cooperativa demonstra bons resultados: aproximadamente R\$ 5 milhões, referentes a sobras técnicas e bonificações, foram distribuídos aos associados e R\$ 2 milhões foram alocados para crédito em conta. Outros R\$ 2 milhões passaram a integrar seu capital social. A empresa vendeu as ações que detinha junto à Batávia e deve investir os R\$ 52 milhões resultantes do negócio na Unidade de Beneficiamento de Leite (UBL). A UBL irá produzir leite concentrado (evaporado) e creme de leite.

SILVA, Maria Gizele da. As lições dos castrenses. **Gazeta do Povo**, Curitiba 15 jan. 2008. Caminhos do Campo, p. 6.

HAUPTMANN, Claudemir. Oeste colhe resultados no leite. **Gazeta do Povo**, Curitiba 15 jan. 2008. Caminhos do Campo, p. 4 e 5.

ROCHER, José. O carro-chefe da Castrolanda. **Gazeta do Povo**, Curitiba 15 jan. 2008. Caminhos do Campo, p. 7.

Paraná terá usina de biodiesel

A indústria holandesa Agrenco está construindo usina destinada à produção de biodiesel, em Marialva, 17 km a leste de Maringá. A estimativa é produzir 300 toneladas de biodiesel por dia, utilizando como matéria-prima gordura animal, óleo vegetal (de soja, mamona ou girassol) e sobra de frituras.

O principal destino do combustível produzido não será o mercado brasileiro. A empresa japonesa Marubeni Corporation é sócia da Agrenco no empreendimento, e 90% da produção será destinada à exportação. O escoamento será feito por via ferroviária – a América Latina Logística (ALL), operadora de ferrovias no Estado, possui um ramal ao lado do terreno onde funcionará a usina.

SANTIN, Wilhan. Marialva coloca Paraná no mapa do biodiesel. **Folha de Londrina**, 24 jan. 2008. Economia, p. 4.

EMBRAPA apresenta cultivares de soja

A EMBRAPA Soja apresentará 14 cultivares de soja convencionais e sete cultivares transgênicas que possuem alto potencial de rendimento e resistência às principais doenças da soja.

A variedade BRS 282, destaque da EMBRAPA, possui alta capacidade produtiva e resistência aos nematóides de galha, praga que reduz a absorção de água e nutrientes. Outra variedade, a

BRS 258, apresenta alto teor de proteína e grãos graúdos, características bastante desejáveis para o cultivo orgânico e para alimentação humana, em função do sabor mais suave.

A BRS 257 e a BRS 258 serão demonstradas como alternativas de sistema orgânico na área de agroecologia, que é conduzida pelo EMATER, em parceria com EMBRAPA, Coopavel, IAPAR, Itaipu Binacional e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

EMBRAPA leva 21 cultivares de soja ao *Show Rural*. **Folha de Londrina**, 26 jan. 2008. *Economia*, p. 3.

Diplomata investirá em suínos

A Diplomata Industrial e Comercial investirá, em 2008, nas áreas de frangos e de suínos. A empresa assinou um protocolo de intenções com a Prefeitura de Santa Helena, Oeste do Paraná, para a construção de um frigorífico e o desenvolvimento da cadeia de suínos. Serão investidos cerca de R\$ 50 milhões.

A empresa assumirá a unidade industrial da Comaves em Campo Grande (MS), em contrato semelhante ao da Comaves de Londrina (PR), arrendada por cinco anos. Assim, a capacidade de abate de frangos da Diplomata chegará a 540 mil unidades por dia.

Na área de suínos, o volume diário de abates previsto para o frigorífico de Santa Helena é de dois mil animais. O projeto prevê a duplicação dessa capacidade no prazo de cinco anos. A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2009. Para atender à demanda, a Diplomata irá adaptar a fábrica de rações que possui em Cascavel.

A empresa também atua com leite e bovinos, sendo que 55% das receitas são obtidas por meio das exportações. A Diplomata entrou no mercado de frangos há 32 anos e está há dois anos no mercado de suínos.

LIMA, Marli. Diplomata supera R\$ 1 bi e aposta em suínos no PR. **Valor Econômico** São Paulo, 8 fev. 2008. *Empresas*, p. B12.

INDÚSTRIA

Klabin diversifica investimentos

A Klabin, empresa sediada em Telêmaco Borba, na região Centro-Oriental do Paraná, planeja investir R\$ 300 milhões em uma usina de energia alimentada por biomassa e em um novo sistema de filtragem de água. Em 2007, sua área florestal tornou-se 20 mil hectares maior do que a do ano anterior.

No setor externo, a empresa espera elevar a venda de madeira para os Estados Unidos, mesmo com a crise imobiliária daquele país. O mercado norte-americano demanda, aproximadamente, 80% da produção de madeira da Klabin. O mercado internacional compra 38% da produção de papel da companhia. A América Latina é responsável por 54% desse montante, e a Europa, por 32%.

A companhia planeja expandir sua produção de papel *kraftliner* e de sacos industriais em suas duas unidades de produção catarinenses. A unidade de Monte Alegre, que recebeu investimentos de R\$ 22 bilhões, deve se concentrar na produção de papel cartão. A Klabin firmou, também, contrato de fornecimento de papel com a Tetra Pak, produtora de embalagens com fábrica em Ponta Grossa, na mesma região do Estado.

BARBIERI, Cristina. Setor de papel e celulose prevê aumento da produção. **Folha de S. Paulo**, 19 fev. 2008. *Dinheiro*, p. B7.

KLABIN vai investir R\$ 200 milhões em SC. **O Estado de S. Paulo**, 14 dez. 2007. *Economia*, p. B23.

LUCRO da Klabin cresce 31% e atinge R\$ 621 mi. **Folha de Londrina**, 19 fev. 2008. *Economia*, p. 3.

RIOS, Cristina. Crise nos EUA e queda nas vendas fazem lucro da Klabin recuar 35% no trimestre. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 fev. 2008. p. 20.

VICENTINI, Caroline. Receita da Klabin deve atingir US\$ 1,4 bi. **Folha de Londrina**, 18 dez. 2007. *Economia*, p. 4.

VIEIRA, André. Klabin aprova investimento de R\$ 200 mi em SC. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 dez. 2007. *Empresas*, p. B10.

Arauco amplia instalações no Paraná

A empresa chilena Arauco está ampliando seus negócios na indústria florestal do Brasil. Com investimentos de US\$ 7 milhões, a empresa colocou em funcionamento uma linha de melamina, usada para revestir painéis de madeira de Medium Density Fiberboard (MDF), na fábrica de Jaguariúva, região dos Campos Gerais. A unidade de Curitiba, inaugurada em 1960, recebeu R\$ 20 milhões para melhorias tecnológicas e de segurança. A produção de MDF e de aglomerado da empresa é voltada principalmente para a indústria de móveis.

Em outubro de 2007, a Arauco dobrou seus ativos no Brasil com uma parceria com a sueco-finlandesa Stora Enso, maior fabricante de papel da Europa. O negócio, de US\$ 208 milhões, envolveu o complexo de Arapoti, na região dos Campos Gerais, pertencente à Stora Enso, formado por uma fábrica de papel, uma serraria e uma área florestal de 25 mil hectares de pinus e 5 mil hectares de eucalipto. Com a *joint venture*, a empresa chilena passou a deter 20% da fábrica. Na área florestal, a Arauco ficou com 80%, e a Stora Enso com 20%. A serraria, que tem parte da produção destinada à exportação, passou a ser 100% controlada pela empresa chilena.

Com sede em Curitiba, a Arauco do Brasil faturou R\$ 622 milhões em 2006, que representaram 7% dos negócios globais do grupo. Com quatro fábricas no Brasil, todas no Paraná, a empresa emprega 1.030 pessoas e aumentou o controle de plantações florestais de 22,5 mil hectares em 2005 para 63 mil atualmente.

RIOS, Cristina. Chilena dobra de tamanho no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 dez. 2007. p. 2.

Nissan montará carros de passeio

A Renault/Nissan estabeleceu um cronograma de lançamentos, iniciado no segundo semestre de 2007, com a intenção de aumentar as vendas nacionais para 40 mil carros em 2009. A empresa trará especialistas do Japão e do México para desenvolvimento de produtos e deve lançar, a partir de 2009, o primeiro carro de passeio da marca Nissan fabricado no Brasil. O carro utilizará a mesma plataforma de montagem de dois veículos da Renault, Logan e Sendero, mas estará em uma faixa de preços superior à dos modelos populares.

A fábrica em São José dos Pinhais (PR) atualmente produz a picape Frontier, a ser remodelada em 2009, e o utilitário Xterra. Ela opera em um turno e utiliza menos de 20% de sua capacidade produção, de 50 mil veículos por ano. Em 2007, a Nissan manteve pequena participação no mercado brasileiro, com 11,5 mil unidades vendidas. Entretanto, suas vendas cresceram mais de 100% em relação ao ano anterior.

BARBIERI, Cristiane. Ghosn cobra maior avanço da Renault e Nissan no Brasil. **Folha de S. Paulo**, 20 dez. 2007. *Dinheiro*, p. B22.

JASPER, Fernando. Nissan anuncia a fabricação de um modelo popular em São José dos Pinhais a partir de 2009. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 dez. 2007. p. 5

OLMOS, Marli. No prejuízo, Nissan terá dois automóveis. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 dez. 2007. Empresas, p. B6.

SILVA, Cleide. Nissan vai fabricar carro de passeio no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, 18 dez. 2007. Empresas, p. B18.

SILVA, Cleide. Ghosn aposta no crescimento do mercado brasileiro no ano que vem. **O Estado de S. Paulo**, 20 dez. 2007. Economia, p. B22.

Governo federal cancela o pregão para o *laptop* popular

A Positivo Informática venceu a licitação para venda de 150 mil *laptops* de baixo custo para o governo federal, mas o negócio foi cancelado por incompatibilidade de preços. O governo federal pretendia pagar US\$ 100 por máquina destinada ao projeto Um Computador por Aluno (UCA). A Positivo Informática, que competiu com outras sete empresas do ramo, havia vencido a licitação por possuir a melhor oferta com o modelo Classmate PC, que utiliza *software* livre e foi cotado a R\$ 654 por unidade. Este ano deve ser realizado um novo pregão para a compra dos *laptops*, e a Positivo pretende participar deste novo leilão. A nova licitação deverá ter as mesmas especificações da primeira, incluindo garantia de três anos, suporte técnico, instalação e testes nas 300 escolas que participam do projeto.

O governo federal já compra máquinas da Positivo. No primeiro semestre de 2008, receberá da fabricante curitibana 90 mil computadores para o Programa Nacional de Informática na Educação, e outros 70 mil PCs serão enviados aos telecentros administrativos pelo Ministério das Comunicações.

Até o fim do primeiro semestre de 2008 a Positivo deverá produzir 15 mil computadores para atender à demanda das regiões Norte e Nordeste do País. A fábrica de placas-mãe, localizada em Curitiba, passou a produzir 40 mil unidades por mês. Sua fábrica de monitores, localizada em Ilhéus (BA), deverá iniciar as atividades com uma produção média de 10 mil unidades por mês em março.

Os investimentos previstos para 2008 devem alcançar R\$ 53,7 milhões. A empresa pretende aumentar a verticalização da produção e sua internacionalização, pois, além de atuar no Mercosul, estuda ingressar nos mercados de Portugal e Espanha. A prioridade da companhia, entretanto, é aumentar a participação nas vendas no varejo, para o governo e no segmento empresarial.

BORGES, André. Positivo promete mais competição. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 fev. 2008. Empresas, p. B3.

LIMA, Marli. Positivo navega nas vendas recorde de computadores. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 fev. 2008. Empresas, p. B2.

RECEITA da Positivo supera R\$ 2 bilhões em 2007. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 8 fev. 2008. p. 30.

SCHEFFER, Cinthia. Positivo lucra R\$ 254 milhões em 2007. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 fev. 2008. p. 20.

TEIXEIRA, Michelly. Positivo admite *laptop* a US\$ 300. **O Estado de S. Paulo**, 17 jan. 2008. Economia, p. B14.

TMT Motoco retorna às atividades

A TMT Motoco, fabricante de motores que fechou sua planta em Campo Largo em março de 2007, planeja retornar às atividades

no primeiro quadrimestre de 2008. Credores que representavam mais de 90% da dívida da empresa, estimada em R\$ 180 milhões, aprovaram o plano de recuperação judicial apresentado.

A antiga controladora, a norte-americana Tecumesh Products, que equipava pequenas máquinas agrícolas e veículos para deslocamento na neve com os motores produzidos em Campo Largo, também enfrentava problemas financeiros; vendeu sua unidade de motores (que ainda tinha fábricas na Europa e nos Estados Unidos) e se concentrou na fabricação de compressores.

A nova controladora da fábrica será outra empresa norte-americana, a Phoenix, que conseguiu se capitalizar e negociar o pagamento da dívida com os credores da TMT.

Serão investidos pelos novos controladores entre R\$ 70 milhões e R\$ 80 milhões, durante os próximos cinco anos. A TMT ocupa a fábrica onde eram produzidas as picapes Dakota, da Chrysler.

LAUFER, Felipe. TMT negocia dívidas e volta a produzir. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 dez. 2007. Economia, p. 5.

Louisiana-Pacific adquire divisão da Masisa

A norte-americana Louisiana-Pacific, maior fabricante mundial de painéis estruturais para construção civil, entrará no Brasil mediante a compra de 75% da linha de *Oriented Strand Board* (OSB) da Masisa, por US\$ 75 milhões. A venda deve ocorrer ainda no primeiro trimestre de 2008, e será criada uma *joint venture* para a formação de uma terceira empresa, responsável pela produção do OSB. A Masisa, empresa localizada em Ponta Grossa (região dos Campos Gerais), de capital chileno, era a única fabricante de OSB – painel utilizado em embalagens e na construção civil – no Brasil. Sua capacidade de produção anual é de 350 mil m³ de OSB, além de produzir 250 mil m³ de melanina, 300 mil m³ de *Medium Density Fiberboard* (MDF) e 750 mil m³ de *Medium Density Particleboard* (MDP). Nos últimos anos, a Masisa redirecionou sua produção de OSB dos EUA para China, Brasil e outros mercados fora da América Latina. A produção de MDF e melanina continuará normalmente na fábrica de Ponta Grossa, que teve sua inauguração em 2000, resultado de um investimento de US\$ 140 milhões.

A Masisa efetuou, em janeiro deste ano, a compra de 45,68% da Tafibrás por US\$ 70 milhões junto à Brascan Brasil. Com essa operação, a Masisa passa a deter também 37% do capital da Tafisa Brasil. Somadas, as operações da Masisa e da Tafibrás no País totalizam uma capacidade de produção anual de 1 milhão de m³ de painéis MDF e de 690 mil m³ de MDP. A Masisa vem adquirindo áreas florestais para suportar o crescimento da sua produção nos próximos anos, e hoje conta com 36,5 mil hectares no Sul do País.

MANECHINI, Guilherme. Masisa adquire parte da Tafibrás e da Tafisa. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 jan. 2008. Empresas, p. B9.

MASISA compra 37% de fábrica no Paraná. **O Estado de S. Paulo**, 16 jan. 2008. Economia, p. B11.

RIOS, Cristina. Masisa vende divisão para americana. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 dez. 2007. p. 6.

RIOS, Cristina. Otimista, indústria do Paraná acelera investimentos em 2008. **Gazeta do Povo**, 6 jan. 2008. Economia, p. 1.

RIOS, Cristina. Masisa compra 37% do capital da tafisa Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jan. 2008. p. 26.

Chocolates Gralha Azul adquire a Salware

Com a fábrica de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba (RMC), parada há cerca de dois anos, a Salware mudou de mãos. Um grupo de empresários paranaenses comprou as marcas Salware e Castor e criou a Chocolates Gralha Azul. A produção recomeçou em junho de 2006, e desde essa data já foram investidos R\$ 2 milhões e produzidos 2,5 mil toneladas de produtos. A distribuição das 140 toneladas produzidas mensalmente é feita, em sua maioria, para o mercado de transformação, formado por artesãos, culinárias, restaurantes e indústrias – apenas 20% da produção é destinada ao varejo.

Devem ser investidos mais R\$ 3 milhões até o fim de 2008, em reformas, aquisições de equipamentos, desenvolvimento de produtos e publicidade. A Chocolates Gralha Azul esperava fechar 2007 com um faturamento de R\$ 5 milhões. A meta do grupo é dobrar esse faturamento em 2009 e recuperar o investimento em seis anos. A empresa possui capacidade instalada de produção de 660 toneladas.

SCHEFFER, Cinthia. A centenária Salware muda de mãos e volta a disputar mercado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 dez. 2007. p. 14.

Fábrica da Norte Massas em Londrina

A Prefeitura de Londrina oficializou a doação de uma área de quase 20 mil m² à empresa Norte Massas, de Sertãozinho, especializada na produção de macarrão caseiro. O empreendimento prevê, inicialmente, um aporte de capital de R\$ 400 mil e a geração de 60 empregos diretos.

A Norte Massas investirá R\$ 2 milhões no projeto de instalação em Londrina, nos próximos dez anos; os R\$ 400 mil disponibilizados agora são referentes às edificações.

GARCIA, Janaina. Empresa de massas recebe terreno de R\$ 100 mil. **Folha de Londrina**, 5 jan. 2008. Economia, p. 6.

Indústrias do Paraná aceleram investimentos em 2008

Após um ano de recorde de vendas, indústrias paranaenses investem em ampliações. A fabricante de tratores Montana espera dobrar seu faturamento em 2008. Em 2007, o faturamento cresceu 60% e alcançou a cifra de R\$ 95 milhões. Com recursos de US\$ 2,5 milhões, implantará uma linha de montagem de colheitadeiras de algodão na fábrica localizada em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A planta terá capacidade de entregar 250 unidades por ano.

A Prefipar, produtora de tubos de aço industriais, com quatro fábricas e sede em Curitiba, prepara um novo plano de investimentos visando ampliar a sua capacidade produtiva. A previsão para 2008 é repetir o crescimento de 22% registrado no ano passado, quando a empresa atingiu um faturamento de R\$ 162 milhões. A indústria moveleira e o ramo de construção civil representam, juntos, 71% das vendas da Prefipar.

RIOS, Cristina. Otimista, indústria do Paraná acelera investimentos em 2008. **Gazeta do Povo**, 6 jan. 2008. Economia, p. 1.

Grupo Battistella diversifica negócios

O grupo Battistella, que atua nas áreas florestal, de distribuição de veículos e de equipamentos para o setor de energia,

profissionalizará a gestão e diversificará sua atuação. Com sede em Curitiba, a empresa, que está redirecionando os negócios no ramo de madeira, mudou a estrutura das suas atividades e irá estreitar no setor de logística portuária.

As dez empresas que compõem o grupo foram concentradas em quatro áreas: florestal e de madeira, de veículos pesados (vendas de novos, seminovos e pós-venda), de distribuição (responsável pelas operações de energia) e logística.

A Cotrasa, empresa do grupo que representa a marca de caminhões Scania, recebeu R\$ 14,5 milhões em novas instalações, localizadas em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A previsão de vendas para 2008 é de 1,2 mil caminhões e ônibus, volume 37% superior ao de 2007.

No setor de logística, o grupo Battistella é sócio do Tecon Santa Catarina, terminal de contêineres orçado em R\$ 350 milhões, a ser construído em Itapoá, no litoral norte de Santa Catarina.

O principal negócio do conglomerado é a comercialização de veículos pesados, que responde por 57% da receita líquida da empresa. O setor florestal responde por 32%, e o segmento de energia auxiliar, por 11%. Nessa atividade, controla a Maquigeral, fabricante de geradores, e a Abadir Distribuidora, de produtos para transmissão.

RIOS, Cristina. Battistella muda em busca da eficiência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 jan. 2008. p. 15.

M. Cassab compra fábrica de pré-misturas e suplementos da Cargill

A empresa M. Cassab anunciou a compra da fábrica da Cargill Nutrição Animal em Cascavel, Oeste do Paraná. A companhia busca a liderança do segmento de pré-misturas e suplementos vitamínicos nas cadeias bovina e suína.

Com faturamento de US\$ 220 milhões, a divisão de tecnologia animal do grupo responde por cerca de 30% do negócio da M. Cassab. Com a nova unidade, a companhia ampliará em 50% a capacidade de produção de premix (pré-mistura de minerais e vitaminas usadas na composição de rações animais).

O mercado paranaense é importante para o grupo, pois o Estado é o maior produtor e exportador de frangos, e também um dos mais importantes produtores de suínos do Brasil. Não está descartada a possibilidade de parceria futura com a Cargill no segmento de ração animal.

A M. Cassab também atua nos segmentos de química fina, química industrial, nutrição humana, utilidades domésticas, eletrodomésticos, brinquedos (distribuidor exclusivo da Lego), varejo (controlador da rede Spicy), além de possuir uma *trading* e manter investimentos imobiliários.

SCARAMUZZO, Mônica. M. Cassab adquire fábrica da Cargill. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 jan. 2008. Empresas, p. B12.

Petrobras anuncia projetos para o Paraná

A Petrobras anunciou diversos projetos para o Estado do Paraná, dentre eles o investimento na ampliação da Refinaria Getúlio Vargas, a instalação de uma fábrica de coque calcinado e a diversificação no uso do xisto produzido pelo Estado.

A Repar, Refinaria Presidente Getúlio Vargas de Araucária, Região Metropolitana de Curitiba, irá investir US\$ 2,9 bilhões na ampliação de sua unidade. Entre as 11 refinarias da Petrobras, a

Repar é a que receberá o maior montante para realização das obras. Serão construídas três novas caldeiras, que gerarão vapor para alimentar as novas unidades de produção da refinaria. Essas unidades serão voltadas para a produção de coque de petróleo, gasolina e *diesel*, gás de cozinha, propeno e hexano, aumentando a capacidade de produção da Repar em 10%. Estima-se que entre 2009 e 2010 mais de 10 mil pessoas cheguem a trabalhar simultaneamente no canteiro de obras da Repar.

O objetivo é melhorar a qualidade dos combustíveis, com a redução dos teores de enxofre. As obras também permitirão que a refinaria processe petróleo bruto extraído no Brasil, mais pesado do que o importado pela empresa. Assim, a capacidade de produção de petróleo passará de 32 milhões de litros para 35 milhões por dia.

Outro projeto da Petrobras no Paraná é a instalação de uma fábrica de coque-calcinado, usado como matéria-prima pela indústria de alumínio. Serão investidos mais de US\$ 100 milhões na usina, que aproveitará a produção de coque de petróleo da Repar. A fábrica terá capacidade para produzir 600 mil toneladas por ano de coque calcinado e deverá ser instalada em um dos municípios próximos a Araucária. O mercado mundial de coque calcinado é estimado em cerca de 20 milhões de toneladas por ano.

A Petrobras também deverá comercializar, até o fim de 2008, o xisto agrícola, que poderá ser usado como fertilizante. O projeto de diversificação é da unidade de negócios de industrialização de xisto da Petrobras, que fica em São Mateus do Sul, a 140 quilômetros de Curitiba. O desenvolvimento do produto começou em 2004, em parceria com o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Já foram investidos R\$ 10 milhões no projeto. Serão aplicados ainda R\$ 4,2 milhões em obras de infra-estrutura no entorno da usina, como construção de pontes, estradas e asfaltamento de vias, para facilitar o escoamento da produção. O resíduo do xisto apresenta potencial de uso como fonte de nutrientes na produção agrícola, principalmente como corretivo e bioativador do solo.

LOPES, Rodrigo. Petrobras inicia obras na Repar. **Folha de Londrina**, 23 jan. 2008. Economia, p. 6.

OLIVEIRA, Rosângela. Repar investe US\$ 2,9 bi na ampliação da unidade. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 jan. 2008. p. 29.

RIOS, Cristina. Petrobras vai diversificar uso do xisto produzido no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 jan. 2008. Economia, p. 1.

RIOS, Cristina. Petrobras vai investir US\$ 100 mi no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 jan. 2008. p. 17.

RMC recebe BITWAY

Uma das maiores indústrias nacionais de computadores e *notebooks*, a Bitway, iniciou as suas atividades na filial em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A fábrica realizou investimentos de R\$ 5 milhões em uma linha de montagem, em que 60 trabalhadores são capazes de produzir 5 mil computadores por mês.

Escolhida estrategicamente para facilitar a logística e a distribuição, a cidade também deve receber outras empresas do grupo: a Incoel (pós-venda) e a Ata (administradora de uma rede de assistência técnica). No período inicial, serão fabricados apenas computadores de mesa, mas estima-se que em poucos meses se inicie a produção de *laptops*.

BITWAY inicia a produção na RMC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jan. 2008. p. 22.

INAUGURAÇÃO. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 jan. 2008. p. 30.

Visum fecha parceria com a ADM

A Visum, fabricante curitibana de componentes eletrônicos, concretizou parceria com a *Advanced Micro Devices* (AMD) para produção de placas-mãe. Planeja-se produzir 300 mil peças por ano, e, para tanto, foram inauguradas duas novas linhas de montagem em Curitiba, com equipamentos de última geração recém-comprados do Japão e com a contratação de 200 funcionários. Por enquanto, a empresa produzirá dois modelos de placas-mãe, ambos com sistema de áudio, vídeo e rede integrados.

Atualmente, a Visum possui cinco unidades industriais, sendo três na Cidade Industrial de Curitiba, uma em Pato Branco e uma na China. Em abril, uma nova planta em Manaus estará em plena atividade. Com faturamento de R\$ 46 milhões em 2006, a empresa conta com 1,3 mil funcionários e possui escritórios em Taiwan, EUA e China. A Visum manifestou a intenção de produzir *mp3 players* e conversores para televisão digital.

SANCHOTENE, Marco. ADM e Visum firmam parceria para produzir placas-mãe em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 jan. 2008. p. 22.

Nutrimental investe em novos produtos

Fundada há 40 anos, a indústria de alimentos Nutritional planeja investir, em 2008, R\$ 20 milhões em aumento e diversificação de sua produção. As divisões de cereais matinais, farinhas infantis e refrescos em pó esperam ganhar significativa participação no mercado com o novo aporte de capital. A Nutritional detém 25% do segmento de barras de cereais no Brasil.

A empresa possui duas fábricas, instaladas em São José dos Pinhais e no município mineiro de Arceburgo. Em 2007, apresentou crescimento de 12% em seu faturamento anual.

RIOS, Cristina. Nutritional vai investir R\$ 20 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 fev. 2008. p. 17.

Furukawa amplia fábrica de Curitiba

A Furukawa Industrial, fabricante de fios e cabos ópticos para o setor de telecomunicações e de tecnologia da informação, investirá cerca de R\$ 12,3 milhões na expansão da fábrica de Curitiba e transferirá parte da produção para sua unidade industrial na Argentina.

O projeto de expansão prevê a ampliação da produção de cabos estruturados, usados em computadores, e a instalação em Curitiba de uma nova linha de componentes para banda larga – hoje importada do Japão e dos Estados Unidos. A empresa irá transferir para a unidade argentina o equivalente a 12% da produção de cabos ópticos da fábrica da Cidade Industrial de Curitiba. O objetivo da unidade é exportar para outros países do Cone Sul, como Uruguai, Paraguai e Chile. Atualmente, os maiores clientes da Furukawa na Argentina são as operadoras de telefonia fixa e celular.

Há 30 anos instalada no Brasil, a Furukawa produziu um milhão de quilômetros de fios e cabos em 2007, suprimindo cerca de 60% do mercado brasileiro. Seu faturamento chegou a R\$ 370 milhões, aumento de 9% em relação ao ano de 2006. As exportações representaram 20% desse montante.

RIOS, Cristina. Furukawa investe R\$ 12,3 milhões na CIC, mas transfere parte da produção. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 fev. 2008. p. 25.

ROCHA, Janes. Furukawa transfere linha de produção para a Argentina. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 fev. 2008. Empresas, p. B1.

Yara investe no Brasil

A Yara Brasil colocou em operação uma nova unidade de misturas, inaugurada em Paranaguá (PR). A empresa é responsável por cerca de 12% das entregas das misturadoras de adubos às revendas do País, o que representa mais de 10% do faturamento global do grupo.

A Yara pretende investir US\$ 40 milhões na expansão da sua capacidade operacional e em ações ligadas a segurança e meio ambiente no ano de 2008. Os investimentos do grupo norueguês no Brasil se aproximam de US\$ 1 bilhão desde 2000, quando a empresa adquiriu o controle da Adubos Trevo. O montante também inclui a compra do controle da Fertibrás, em 2006.

LOPES, Fernando. Yara pretende aumentar os investimentos no País. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 fev. 2008. Empresas, p. B13.

Spaipa investe e amplia capacidade de produção

A Spaipa Indústria Brasileira de Bebidas, com sede em Curitiba, aumentou os investimentos em 30% e aplicará R\$ 100 milhões na ampliação da sua capacidade de produção. O objetivo da Spaipa, associada à Coca-Cola, é ampliar os volumes no segmento de bebidas não-carbonatadas, como sucos e chás. A Coca-Cola espera definição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre a recente compra da Leão Júnior. Se a compra for aprovada, os produtos da Matte Leão poderão começar a ser distribuídos pela Spaipa. Há a possibilidade de a rede distribuidora vir a envasar, no futuro, os chás da marca nas suas fábricas, a exemplo do que já ocorre com parte da linha Nestea, da Nestlé, com quem a Coca-Cola tem uma parceria na área de chás.

Em 2008, os investimentos da Spaipa serão direcionados para a instalação de duas novas linhas de envase, de vidro retornável e lata, na fábrica de Marília, interior de São Paulo. Criada em 1995, a partir da fusão de três franquias da Coca-Cola – Paraná Refrigerantes, Refrigerantes Bauru e Rio Preto Refrigerantes –, a Spaipa emprega 2,9 mil pessoas.

RIOS, Cristina. Fabricante da Coca no Paraná investe R\$ 100 milhões em 2008. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 fev. 2008. p. 16.

Petrobras extrairá gás em Pitanga

A Petrobras planeja investir 8,9 milhões de dólares em Pitanga, Centro-Sul do Paraná, para explorar a reserva de gás do município, estimada em 300 milhões de metros cúbicos. A expectativa da empresa é de que a extração dos dois poços já perfurados seja iniciada em setembro de 2009.

A intenção da Petrobras é utilizar a reserva para abastecer o Estado com gás natural veicular (GNV). Estima-se que dos poços, localizados no distrito de Barra Bonita, possam ser extraídos 35 mil metros cúbicos de gás natural diariamente.

CAVAZOTTI, Fábio. Petrobras confirma extração de gás no PR. **Folha de Londrina**, 26 fev. 2008. Economia, p. 1.

PORTUGAL, Dirceu. Estatal volta a testar gás em Pitanga. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 fev. 2008. p. 20.

COMÉRCIO

Paraná Banco disputará mercado de resseguros

O Paraná Banco passará a disputar o mercado de resseguros no Brasil, sendo a primeira resseguradora de capital privado. Com capital inicial de R\$ 70 milhões, a J. Malucelli Resseguradora S.A. atuará no mercado de seguro-garantia. O resseguro é usado geralmente em operações de grande risco, como plataformas de petróleo, aviões e grandes obras de engenharia.

A resseguradora já terá uma carteira pronta, pois garantirá 100% dos prêmios de resseguros contratados pela J. Malucelli Seguradora, com potencial para gerar prêmios de R\$ 200 milhões a R\$ 300 milhões no primeiro ano de atuação.

RIOS, Cristina. Paraná Banco entra no mercado de resseguro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 fev. 2008. p. 20.

Varejo automotivo investe em Londrina

Londrina passa por um crescimento do mercado de automóveis e várias concessionárias estão se instalando na cidade. O grupo André Ribeiro, que já possui uma unidade em Londrina com a bandeira BMW desde outubro de 2007, instalará uma nova concessionária na Avenida Tiradentes. A concessionária comercializará veículos das marcas Land Rover e Volvo, projeto que demandou investimentos de R\$ 3 milhões. O grupo André Ribeiro possui cinco unidades em Curitiba e outras 15 em São Paulo.

Dois outros grupos investiram recentemente na cidade: o Barigüi adquiriu a concessionária local da Renault e pretende levar novas marcas para Londrina ainda este ano; o Sulpar adquiriu a revenda local da Kia Motors e alocou aproximadamente R\$ 3,4 milhões em reformas e estoque. No início de março, a concessionária Yamaha BK deve iniciar as suas atividades na cidade, em duas unidades. O grupo comercializará motos nacionais e importadas.

MAZZINI, Fernanda. Londrina ganha novas concessionárias. **Folha e Londrina**, 15 fev. 2008. Economia, p. 1.

Muffato investe em quatro cidades

Sediada em Cascavel, no Oeste paranaense, a rede varejista Super Muffato adquiriu, no final de fevereiro, supermercados da rede Fatão em Ibiporã, Londrina e Maringá.

A rede Super Muffato, décima maior do País em faturamento, reúne lojas no Paraná e no interior de São Paulo. Anunciou investimentos de R\$ 23 milhões em Curitiba, alocados na ampliação de uma unidade em operação e na construção de um hipermercado no bairro Taramã.

RIOS, Cristina. Rede Muffato investe R\$ 20 milhões para construir nova loja em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 fev. 2008. p. 21.

RIOS, Cristina. Fluxo será de 25 mil pessoas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 fev. 2008. p. 21.

SUPER Muffato compra supermercados Fatão. **Folha de Londrina**, 23 fev. 2008. Economia, p. 1.

COMÉRCIO EXTERIOR

Bematech na lista de futuras multinacionais

A Bematech passa a fazer parte da nova geração de companhias globais, segundo o *World Economic Forum* (WEF), organização que reúne a elite econômica e política do planeta. A empresa foi incluída numa lista de 142 empresas com potencial para tornarem-se líderes na economia mundial nos próximos cinco anos. Todas têm em comum um crescimento de no mínimo 15% nos dois últimos anos, faturamento entre US\$ 100 milhões e US\$ 2 bilhões e foco em internacionalização. A empresa passará a participar de reuniões anuais e fará intercâmbio. O primeiro encontro será em setembro de 2008, na China, onde serão discutidos o financiamento para investimentos, governança corporativa e adesão a iniciativas como combate à fome.

A Bematech surgiu há 17 anos de um projeto universitário do atual presidente da companhia, Marcel Malczewski. O grupo entrou, em abril, para o Novo Mercado da Bovespa, captando R\$ 150,8 milhões com a oferta de ações.

Recentemente, a empresa confirmou a aquisição de ativos da empresa paulista Rentech, que atua no setor de *softwares* para o varejo. O portfólio de produtos da companhia foi expandido com os programas da Gemco e da C&S, empresas de *software* adquiridas pela Bematech em 2006. Atualmente, a empresa possui subsidiárias nos EUA, na Alemanha, em Taiwan e na Argentina.

ARAGÃO, Marianna. Quatro brasileiras entram em lista de futuras multinacionais. **O Estado de S. Paulo**, 24 dez. 2007. Economia, p. B6.

BEMATECH confirma compra da Rentech. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jan. 2008. p. 13.

FOMENTO

Banco Social é relançado

A Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP) relançou o Banco Social, que atuará em 127 municípios do Centro Expandido do Paraná (região Central, municípios do Sul e Vale do Ribeira). Tal banco tem como objetivo desenvolver regiões que apresentem baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs), oferecendo crédito a micro e pequenos empreendedores. Os empréstimos, solicitados junto à Agência do Trabalhador, variam entre R\$ 300 e R\$ 10 mil e são concedidos em faixas determinadas pelo tempo de atividade dos empreendimentos.

O montante inicial à disposição é de R\$ 40 milhões, com uma taxa de juros de 0,95% ao mês e prazos de pagamento que variam de 6 a 24 meses. Tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem requerer crédito. O programa, que beneficiará 17 atividades de transformação industrial e 24 do setor agrícola, já está pronto para ser contratado em 53 municípios. O acompanhamento das atividades e resultados do Banco será feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

KÜNZEL, Patrícia. Banco Social é relançado com foco na região central do Estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 jan. 2008. p. 19.

INFRA-ESTRUTURA

Recuperação de aeroporto municipal

O governador Roberto Requião homologou a licitação para as obras de recuperação do aeroporto público municipal de São Miguel do Iguaçu, região Oeste. Os investimentos estão estimados em R\$ 331 mil.

Serão executados serviços de recuperação asfáltica e sinalização horizontal (pintura de faixas) da pista, do pátio de manobras e do estacionamento das aeronaves.

DER vai recuperar aeroporto. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 1.º jan. 2008. p. 30.

Gerdau construirá usinas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) transferiu ao grupo Gerdau a concessão para construção e operação de duas hidrelétricas no Paraná. A Gerdau planeja investir aproximadamente R\$ 300 milhões na construção das duas usinas, localizadas no rio Chopim, entre os municípios de Clevelândia e Honório Serpa, na região Centro-Sul do Paraná.

Juntas, as duas hidrelétricas gerarão 105 megawatts.

JASPER, Fernando. Gerdau quer gerar energia no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 fev. 2008. p. 22.

ALL renovará infra-estrutura

A América Latina Logística (ALL), empresa sediada em Curitiba, planeja investir R\$ 700 milhões na rede ferroviária que administra no Brasil e na Argentina. Os recursos serão alocados em aquisição de locomotivas, aquisição e reforma de vagões e modernização de linhas – especialmente as adquiridas da companhia Brasil Ferrovias em 2006.

A ALL estima que o volume transportado em 2008 será ao menos 12% superior ao do ano passado. No Paraná serão investidos R\$ 80 milhões, com os quais 200 quilômetros de trilhos serão trocados e 150 detectores de descarrilamento serão instalados.

FÉLIX, Rosana. ALL investe R\$ 80 milhões no Estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 fev. 2008. p. 19.

RIBEIRO, Ivo. ALL investirá até R\$ 700 milhões em 2008. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 fev. 2008. Empresas, B6.

SERVIÇOS

Kroton adquire Faculdade Metropolitana

A Kroton Educacional, controladora da marca Pitágoras, anunciou a aquisição da União Metropolitana de Ensino Paranaense (Faculdade Metropolitana), de Londrina. O investimento foi de R\$ 18 milhões. A estratégia integra o plano de expansão da Kroton, totalizando 15 *campi* em funcionamento a partir de 2008.

Serão acrescentados novos cursos nas áreas de negócios, engenharia e saúde, utilizando as atuais instalações prediais da Metropolitana. O grupo priorizará a área de saúde, oferecendo cursos como Fisioterapia, Nutrição e Educação Física.

ITO, Adriana. Pitágoras quer 7 mil alunos na Metropolitana. **Folha de Londrina**, 15 dez. 2007. Cidades, p. 1.

KROTON compra. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 dez. 2007. Empresas, p. B3.

KROTON Educacional adquire Faculdade Metropolitana. **Folha de Londrina**, 14 dez. 2007. P. 7.

GVT adquire a Geodex

A operadora de telecomunicações GVT comprou a provedora de infra-estrutura Geodex por R\$ 74,6 milhões, mais R\$ 33,7 milhões em assunção de dívidas. A compra foi financiada com os recursos levantados na oferta inicial de ações, concluída em março, no Novo Mercado da Bovespa. A Geodex foi criada há sete anos com grandes investimentos em fibra óptica. Sua rede possui 11 mil quilômetros, estende-se do Rio Grande do Sul ao Nordeste e foi construída ao longo da malha ferroviária da América Latina Logística (ALL), acionista da Geodex até meados do ano passado. A aquisição garantirá à GVT, empresa com sede em Curitiba, algo que ela ainda não possui: o *backbone*, que constitui a parte central de uma rede de telecomunicações. Além disso, a operadora também reduzirá as despesas com o tráfego de longa distância e terá mais facilidade para transmissão de dados.

A operadora nasceu com atuação no Centro-Sul do País, já expandiu o atendimento ao mercado residencial para Belo Horizonte e pretende entrar, em 2008, nos mercados residenciais e corporativos dos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Nordeste.

A operadora negocia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um empréstimo de R\$ 500 milhões para sustentar seu plano de expansão entre 2008 e 2010. A GVT deve entrar em um novo segmento de negócios, com a abertura de quatro centros de dados. O primeiro centro será aberto em São Paulo, numa área de 600 m² com custo de R\$ 8 milhões. No segundo semestre deste ano, a meta é abrir mais três centros, localizados no Rio de Janeiro, em Curitiba e em Brasília – ou em Belo Horizonte.

Em 2007, a empresa criou 319.867 linhas de acesso, número 97,5% maior do que em 2006; fechou o ano com 1,2 milhão de linhas fixas em serviços, alta de 30, 6% em relação ao fim de 2006. Em 2007, a GVT investiu R\$ 566 milhões e espera superar esse investimento em 2008.

GVT confirma investimento para iniciar operação em SP e no Rio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jan. 2008. p. 21.

GVT expande negócios com banco de dados. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 jan. 2008. p. 27.

GOY, Leonardo. GVT vai oferecer telefone fixo em São Paulo e no Rio. **O Estado de S. Paulo**, 17 jan. 2008. Economia, p. B14.

SANCHOTENE, Marco. GVT lucra R\$ 59,2 milhões em 2007. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jan. 2008. p. 20.

HigiServ investe em trem de luxo

A HigiServ, controladora da Serra Verde Express, empresa de turismo, pretende inaugurar em abril o primeiro trem de luxo do País, o *Great Brazil Express*, com investimentos de US\$ 2,3 milhões. A Serra Verde possui três litorinas (veículos automotores) rodando sobre os trilhos administrados pela América Latina Logística (ALL) no Paraná e reformou duas delas para recriar o ambiente inspirado no período colonial do Brasil. O passeio visitará onze cidades do Paraná e passará pela Serra do Mar e pelo interior do Estado – onde serão utilizados também os trilhos da Ferroeste.

Em 2007, os serviços de limpeza corresponderam a 75% do faturamento da HigiServ, de R\$ 64 milhões, 17% superior ao de 2006. A Serra Verde Express, que fechou 2007 com um faturamento 10,85% maior e um aumento do fluxo de passageiros de 8% em relação a 2006, teve seu contrato de concessão renovado por mais dez anos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Para atender à expectativa de crescimento para este ano, a Serra Verde irá aumentar a sua frota de 18 para 24 vagões, em parceria com a ALL.

A HigiServ planeja, em 2008, investir na reciclagem de materiais sólidos da construção civil.

FÉLIX, Rosana. Investimentos impulsionam viagens de trem no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jan. 2008. p.

LIMA, Marli. HigiServ investe em trem de luxo no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 7 jan. 2008. Empresas, p. B5.

TREM turístico. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 5 jan. 2008. p. 28.

Mudança na concessão da Rodovia das Cataratas

O grupo argentino Sideco Americana se desfez da concessão da Rodovia das Cataratas, formada pelos 387 quilômetros entre as cidades de Guarapuava e Foz do Iguaçu, no Paraná. A concessão foi repassada à italiana Impregilo International Infraestructura, maior empreiteira da Itália, pelo valor de US\$ 242 milhões. O grupo italiano contará com 24 anos de concessão da rodovia. O tráfego é estimado em 9,9 milhões de veículos por ano.

MACRI vende Rodovia das Cataratas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 9 fev. 2008. P. 30.

CAB ambiental compra águas de Paranaguá

A prefeitura de Paranaguá autorizou a transferência acionária da empresa de saneamento que atende à cidade, a Águas de Paranaguá. A CAB Ambiental comprou o contrato de concessão, firmado em 1996 e com prazo de 25 anos, de um consórcio formado pelas construtoras J. Malucelli e Castilho.

A CAB é uma empresa formada por acionistas da Galvão Engenharia e opera os sistemas de água e esgoto dos municípios de Mirassol e Palestina, no estado de São Paulo. A CAB precisa investir R\$ 50 milhões na estrutura de saneamento de Paranaguá até o final do contrato de concessão.

MAIA, Samantha. CAB Ambiental poderá ficar com Águas de Paranaguá. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 fev. 2008. Empresas, B6.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Robótica em Siqueira Campos

Siqueira Campos, município da região norte do Estado, abrigará a primeira fábrica de mecatrônica e robótica do Paraná. Os investimentos para a construção da fábrica são da ordem de R\$ 947 mil, financiados pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU), por meio do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU), tendo a Agência de Fomento do Paraná (AFPR) como agente financeiro.

Cursos de capacitação estão sendo promovidos em parceria com a empresa Brasil Robótica. As atividades da indústria têm previsão de início para abril de 2008. Serão desenvolvidos e fabricados robôs industriais e periféricos, como esteiras para locomoção e sistemas de segurança, que serão vendidos, em sua maioria, para pequenas empresas automotivas, lavanderias industriais e de engarrafadoras de bebidas. Parte da produção será destinada à exportação para a América Latina.

FÁBRICA de robótica no interior do PR. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 jan. 2008. p. 28.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007 ⁽¹⁾	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007 ⁽¹⁾	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007 ⁽¹⁾	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007 ⁽¹⁾	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2007

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Julho	156 148	23 409	35 519
1998	854 517	236 358	193 435	Agosto	167 791	27 108	36 645
1999	957 237	198 873	229 466	Setembro	157 287	28 803	32 619
2000	1 041 412	181 113	235 315	Outubro	158 758	28 228	34 968
2001	1 121 828	197 985	263 451	Novembro	155 421	25 939	35 006
2002	1 235 681	219 350	333 951	Dezembro	150 009	30 095	34 262
2003	1 344 398	219 774	359 139	2007 ⁽¹⁾	1 496 763	209 824	332 076
2004	1 557 747	276 806	340 568	Janeiro	171 625	24 474	36 043
2005	1 788 481	308 947	367 765	Fevereiro	148 550	22 662	33 603
2006 ⁽¹⁾	1 856 061	316 898	390 394	Março	167 834	22 124	38 377
Janeiro	159 589	21 644	30 330	Abril	154 305	22 120	33 389
Fevereiro	146 023	22 502	28 110	Maiο	174 150	25 067	40 391
Março	162 965	25 587	28 167	Junho	161 478	23 230	37 481
Abril	137 718	24 256	27 353	Julho	168 954	22 726	39 401
Maiο	153 136	31 044	35 409	Agosto	183 387	24 239	38 801
Junho	151 216	28 283	32 006	Setembro	166 480	23 182	34 590

FONTES: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2007

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2004	3 147	10 619
1977	1 356	8 826	2005	811	6 444
1978	1 614	9 636	2006	545	7 648
1979	1 635	12 575	Janeiro	62	450
1980	1 936	13 482	Fevereiro	82	484
1981	1 954	14 105	Março	67	633
1982	1 179	6 606	Abril	48	579
1983	1 079	3 345	Maiο	44	849
1984	1 748	7 921	Junho	15	822
1985	2 167	9 728	Julho	-	897
1986	2 029	10 588	Agosto	24	582
1987	2 121	9 479	Setembro	46	657
1988	1 567	8 847	Outubro	50	671
1989	1 386	6 189	Novembro	56	551
1990	885	4 111	Dezembro	51	473
1991	584	2 677	2007	1 314	11 467
1992	593	2 893	Janeiro	78	403
1993	1 038	4 475	Fevereiro	64	548
1994	1 707	9 011	Março	90	744
1995	859	5 095	Abril	68	838
1996	897	4 180	Maiο	145	964
1997	1 296	6 062	Junho	100	1 045
1998	1 380	6 025	Julho	137	1 141
1999	1 351	4 854	Agosto	163	1 283
2000	1 692	6 251	Setembro	52	1 017
2001	2 046	8 307	Outubro	88	1 216
2002	2 448	9 752	Novembro	156	1 150
2003	3 112	10 449	Dezembro	173	1 118

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2007

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007 ⁽¹⁾	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2006-2007

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2006	2007		2006	2007	
Exportação	10 016 337 731	12 352 857 472	23,3	137 807 469 531	160 649 072 830	16,6
União Européia	3 050 260 499	4 063 807 042	33,2	31 044 979 748	40 428 035 649	30,2
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 320 825 923	1 659 400 570	25,6	20 816 366 719	25 086 433 209	20,5
Mercosul	1 263 287 620	1 645 340 023	30,2	13 985 828 343	17 353 576 477	24,1
Aladi (exclusive Mercosul)	1 037 189 400	1 398 937 228	34,9	17 509 546 839	19 072 441 075	8,9
Oriente Médio	812 212 421	1 003 554 938	23,6	5 749 227 602	6 399 444 251	11,3
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 222 093 117	888 250 576	-27,3	24 773 082 131	25 313 586 075	2,2
África (exclusive Oriente Médio)	496 441 482	579 280 242	16,7	7 455 879 389	8 578 221 741	15,1
Outros	814 027 269	1 114 286 853	36,9	16 472 558 760	18 417 334 353	11,8
Importação	5 977 970 860	9 016 748 724	50,8	91 350 580 486	120 624 439 278	32,0
União Européia	1 776 464 268	2 410 018 292	35,7	20 202 486 455	26 737 391 348	32,3
África (exclusive Oriente Médio)	1 229 935 776	1 736 682 600	41,2	8 110 811 144	11 333 580 487	39,7
Ásia (exclusive Oriente Médio)	831 438 603	1 627 076 617	95,7	22 888 085 943	30 716 842 914	34,2
Mercosul	756 172 780	1 189 260 195	57,3	8 967 386 709	11 629 864 589	29,7
Aladi (exclusive Mercosul)	315 035 186	665 369 681	111,2	7 314 431 563	8 950 371 977	22,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	523 377 687	568 361 962	8,6	14 816 682 518	18 887 226 640	27,5
Oriente Médio	118 429 560	165 174 023	39,5	3 165 031 095	3 205 463 037	1,3
Outros	427 117 000	654 805 354	53,3	5 885 665 059	9 163 698 286	55,7

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A DEZEMBRO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-DEZEMBRO 2006		JANEIRO-DEZEMBRO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Carne de frango "in natura"	822 946 849	8,2	1 111 484 465	9,0	35,1
Soja em grão	659 937 130	6,6	1 048 138 915	8,5	58,8
Automóveis	734 774 837	7,3	1 000 489 337	8,1	36,2
Farelo de soja	795 588 665	7,9	949 299 769	7,7	19,3
Cereais	398 930 077	4,0	689 480 579	5,6	72,8
Motores para veículos	621 719 794	6,2	494 008 772	4,0	-20,5
Óleo de soja bruto	348 525 232	3,5	475 102 839	3,8	36,3
Madeira compensada ou contraplacada	380 047 187	3,8	404 920 408	3,3	6,5
Açúcar bruto	408 228 654	4,1	384 415 322	3,1	-5,8
Papel	295 078 256	2,9	340 418 474	2,8	15,4
Tratores	220 352 563	2,2	276 185 683	2,2	25,3
Óleo de soja refinado	171 556 872	1,7	241 758 956	2,0	40,9
Autopeças	216 050 109	2,2	236 517 671	1,9	9,5
Veículos de carga	149 893 000	1,5	212 110 880	1,7	41,5
Compressores e bombas	177 062 648	1,8	189 035 268	1,5	6,8
Outros produtos	3 615 645 858	36,1	4 299 490 134	34,8	18,9
TOTAL	10 016 337 731	100,0	12 352 857 472	100,0	23,3

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A DEZEMBRO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-DEZEMBRO 2006		JANEIRO-DEZEMBRO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Óleos brutos de petróleo	1 313 192 099	22,0	1 677 888 097	18,6	27,8
Adubos e fertilizantes	417 372 643	7,0	897 786 741	10,0	115,1
Automóveis	337 568 905	5,6	763 206 612	8,5	126,1
Autopeças	441 460 394	7,4	650 236 379	7,2	47,3
Produtos químicos orgânicos	339 158 110	5,7	439 276 281	4,9	29,5
Plásticos e suas obras	170 135 391	2,8	267 167 881	3,0	57,0
Motores para veículos	222 467 171	3,7	267 053 349	3,0	20,0
Computadores e acessórios	113 282 250	1,9	229 094 430	2,5	102,2
Cereais	109 614 154	1,8	166 477 978	1,8	51,9
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	134 352 192	2,2	162 558 209	1,8	21,0
Compressores e bombas	132 929 091	2,2	149 536 620	1,7	12,5
Rolamentos e engrenagens	78 729 596	1,3	95 562 202	1,1	21,4
Papel	68 095 730	1,1	85 775 437	1,0	26,0
Geradores e transformadores, elétricos	50 013 217	0,8	78 218 216	0,9	56,4
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	48 923 596	0,8	76 714 312	0,9	56,8
Outros produtos	2 000 676 321	33,5	3 010 195 980	33,4	50,5
TOTAL	5 977 970 860	100,0	9 016 748 724	100,0	50,8

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2008

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 450 579	2 820 127
Fevereiro	628 929	348 836	280 093	8 750 217	5 950 613	2 799 603
Março	857 017	562 085	294 932	11 366 397	7 732 025	3 634 371
Abril	784 114	371 940	412 174	9 803 478	6 731 688	3 071 789
Maio	699 260	302 104	397 156	10 274 815	7 280 810	2 994 005
Junho	721 879	323 658	398 220	11 434 687	7 370 655	4 064 032
Julho	1 120 130	642 524	477 606	13 621 551	7 990 400	5 631 150
Agosto	1 114 474	847 146	267 328	13 641 816	9 120 714	4 521 102
Setembro	854 701	451 842	402 859	12 547 906	8 118 937	4 428 969
Outubro	863 970	613 480	250 489	12 658 762	8 774 530	3 914 232
Novembro	817 786	632 830	184 956	11 865 698	8 673 177	3 192 521
Dezembro	931 856	484 154	447 702	12 233 668	7 219 749	5 013 919
2007 ⁽¹⁾	12 352 857	9 016 749	3 336 109	160 649 073	120 624 439	40 024 634
Janeiro	659 338	474 086	185 252	10 983 868	8 468 319	2 515 549
Fevereiro	761 248	539 368	221 879	10 129 505	7 230 221	2 899 285
Março	1 005 314	751 224	254 090	12 888 956	9 583 081	3 305 875
Abril	1 028 832	507 388	521 444	12 446 172	8 268 307	4 177 865
Maio	1 086 942	740 509	346 433	13 647 281	9 793 915	3 853 366
Junho	1 121 023	608 699	512 324	13 118 083	9 297 190	3 820 893
Julho	1 139 258	1 055 803	83 455	14 119 548	10 775 578	3 343 970
Agosto	1 177 934	733 397	444 537	15 100 029	11 558 343	3 541 686
Setembro	1 063 477	867 363	196 114	14 165 675	10 694 466	3 471 209
Outubro	1 245 111	975 522	269 589	15 767 822	12 333 796	3 434 026
Novembro	1 092 687	837 843	254 844	14 051 330	12 025 393	2 025 938
Dezembro	971 695	925 547	46 149	14 230 803	10 595 830	3 634 973
2008 ⁽¹⁾	1 022 945	803 096	219 849	13 276 884	12 332 869	944 016
Janeiro	1 022 945	803 096	219 849	13 276 884	12 332 869	944 016

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2007

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Outubro	0,92
2000	6,23	Novembro	0,68
2001	5,90	Dezembro	0,30
2002	12,02	2007	4,86
2003	6,46	Janeiro	0,16
2004	10,40	Fevereiro	0,24
2005	4,05	Março	0,61
2006	4,82	Abril	0,51
Janeiro	1,21	Maio	0,56
Fevereiro	0,15	Junho	0,36
Março	0,53	Julho	0,33
Abril	0,76	Agosto	-0,09
Maio	0,30	Setembro	0,47
Junho	-0,06	Outubro	0,24
Julho	0,12	Novembro	0,58
Agosto	-0,23	Dezembro	0,81
Setembro	0,02		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2008

PERÍODO	VARIÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
2006	3,14	3,79	3,83	4,29	5,04
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Mai	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	0,05	0,41	0,37	0,53	0,24
Setembro	0,21	0,24	0,29	0,28	0,11
Outubro	0,33	0,81	0,47	1,16	0,21
Novembro	0,31	0,57	0,75	0,75	0,23
Dezembro	0,48	0,26	0,32	0,11	0,36
2007	4,46	7,90	7,75	9,43	6,15
Janeiro	0,44	0,43	0,50	0,32	0,45
Fevereiro	0,44	0,23	0,27	0,19	0,21
Março	0,37	0,22	0,34	0,11	0,27
Abril	0,25	0,14	0,04	0,02	0,45
Mai	0,28	0,16	0,04	-0,04	1,15
Junho	0,28	0,26	0,26	0,09	0,92
Julho	0,24	0,37	0,28	0,42	0,31
Agosto	0,47	1,39	0,98	1,96	0,26
Setembro	0,18	1,17	1,29	1,64	0,51
Outubro	0,30	0,75	1,05	1,02	0,51
Novembro	0,38	1,05	0,69	1,45	0,36
Dezembro	0,74	1,47	1,76	1,90	0,59
2008	0,54	0,99	1,09	1,08	0,38
Janeiro	0,54	0,99	1,09	1,08	0,38

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
2006	4 825 757	2 637 502	1,83	6 021 426	56 686	106,22	3 406 894	278 963	12,21	1 431 185	328 469	4,36
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Maior	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34
Agosto	400 899	2 610 174	0,15	520 783	54 968	9,47	285 842	276 016	1,04	111 427	326 246	0,34
Setembro	396 383	2 618 166	0,15	505 983	55 274	9,15	273 776	276 700	0,99	113 815	326 789	0,35
Outubro	402 599	2 624 714	0,15	507 650	55 677	9,12	276 919	277 539	1,00	111 603	327 447	0,34
Novembro	424 608	2 631 833	0,16	521 583	56 268	9,27	297 881	278 330	1,07	119 962	327 780	0,37
Dezembro	414 980	2 637 502	0,16	490 063	56 686	8,65	302 247	278 963	1,08	122 875	328 469	0,37
2007												
Janeiro	442 919	2 644 799	0,17	443 091	56 973	7,78	307 101	279 356	1,10	130 369	328 967	0,40
Fevereiro	418 413	2 651 148	0,16	526 251	57 325	9,18	319 034	279 557	1,10	136 238	329 555	0,41
Março	418 469	2 655 889	0,16	502 165	57 583	8,72	322 547	279 942	1,15	135 601	330 086	0,41
Abril	435 110	2 660 491	0,16	524 576	58 057	9,04	336 068	280 786	1,20	132 617	330 880	0,40
Maior	422 852	2 665 712	0,16	515 276	58 173	8,86	300 165	281 588	1,07	126 826	331 464	0,38
Junho	491 131	2 669 686	0,16	526 908	58 132	9,06	289 729	281 981	1,03	116 996	331 744	0,35
Julho	404 262	2 650 948	0,15	526 725	57 432	9,17	282 438	280 066	1,01	115 254	331 563	0,35
Agosto	428 380	2 680 236	0,16	551 414	57 612	9,57	297 336	283 182	1,05	115 914	332 334	0,35
Setembro	437 504	2 680 617	0,16	543 728	57 851	9,40	310 514	283 500	1,10	121 689	332 231	0,37
Outubro	442 598	2 695 815	0,16	541 808	58 262	9,30	313 509	284 492	1,10	128 941	332 726	0,39

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
2006	716 112	7 882	90,85	573 640	3 855	148,80	23 695	582	40,71	16 998 709	3 313 939	5,13
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Mai	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42
Agosto	59 738	7 513	7,95	46 158	3 766	12,26	1 971	584	3,38	1 426 818	3 279 267	0,44
Setembro	59 929	7 611	7,87	45 330	3 783	11,98	1 978	584	3,39	1 397 174	3 288 907	0,42
Outubro	59 897	7 645	7,87	44 591	3 798	11,74	2 015	585	3,44	1 405 274	3 297 405	0,43
Novembro	59 821	7 808	7,66	48 239	3 814	12,65	1 919	582	3,30	1 474 013	3 306 415	0,45
Dezembro	60 123	7 882	7,63	47 926	3 855	12,43	1 979	582	3,40	1 440 193	3 313 939	0,43
2007												
Janeiro	60 263	7 930	7,60	49 210	3 877	12,69	1 991	585	3,40	1 434 944	3 322 487	0,43
Fevereiro	60 378	7 965	7,58	48 849	3 884	12,58	2 031	585	3,47	1 511 194	3 330 019	0,45
Março	60 472	7 984	7,57	46 291	3 881	11,93	1 938	583	3,32	1 487 483	3 335 948	0,45
Abril	60 715	8 004	7,59	49 752	3 884	12,81	2 263	580	3,90	1 541 101	3 343 132	0,46
Mai	60 317	8 050	7,49	46 883	3 881	12,08	1 833	583	3,14	1 474 152	3 349 451	0,44
Junho	60 565	8 077	7,50	47 744	3 890	12,27	1 779	583	3,05	1 462 852	3 354 093	0,44
Julho	60 460	8 088	7,48	45 629	3 902	11,69	1 810	580	3,12	1 436 578	3 332 570	0,43
Agosto	60 338	8 108	7,44	47 324	3 896	12,15	1 790	584	3,07	1 502 496	3 365 952	0,45
Setembro	60 308	8 159	7,39	48 961	3 899	12,56	1 966	579	3,40	1 524 670	3 366 836	0,45
Outubro	60 462	8 246	7,33	47 666	3 902	12,22	1 980	582	3,40	1 536 964	3 384 025	0,45

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2007

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	88,57	82,11	86,22	82,02	82,51	82,43	82,91	89,81	88,40
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	92,34	99,44	108,44	113,57	106,37	106,69	109,29	107,27	112,57
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	91,32	98,64	107,49	112,67	105,42	105,76	108,27	106,16	111,60
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	97,41	77,97	85,42	104,77	126,92	98,38	101,73	101,76	96,66
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	152,51	118,79	156,32	140,11	170,88	147,91	148,51	159,10	155,57
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	117,08	108,47	131,23	113,11	126,11	127,82	119,70	129,42	124,38
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	103,09	106,77	98,47	79,07	77,74	66,62	77,46	98,72	61,98
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	179,19	215,71	249,79	206,76	240,19	299,45	240,69	309,08	269,10
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	116,31	113,60	133,43	157,15	151,30	134,76	136,00	150,83	134,74
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	101,31	98,04	110,11	111,96	114,30	108,63	110,06	112,87	113,04

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07
Combustíveis e lubrificantes	87,10	83,63	83,34	87,41	80,93	83,30	99,00	89,08	92,49	97,11	95,49	93,24	84,92	80,59	74,37	78,45
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,83	110,60	140,26	116,82	106,57	104,55	119,68	116,63	111,83	111,53	111,68	114,28	120,84	118,82	118,30	147,18
Hipermercados e supermercados	111,75	109,55	139,01	115,80	105,64	103,65	118,59	115,48	110,78	110,46	110,74	113,26	119,90	117,66	117,24	146,14
Tecidos, vestuário e calçados	93,76	101,24	195,19	112,30	98,63	78,44	93,03	111,04	135,94	102,22	108,44	107,18	98,71	105,38	112,49	196,04
Móveis e eletrodomésticos	159,43	158,54	241,41	178,86	180,81	132,56	160,12	154,04	185,55	161,39	169,28	182,58	166,93	189,45	191,95	271,70
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	125,37	122,04	150,20	131,60	117,98	110,54	130,75	119,37	132,49	131,88	125,30	137,92	131,65	138,69	139,12	163,47
Livros, jornais, revistas e papelaria	58,05	51,71	123,15	87,13	107,72	107,90	107,87	81,91	77,40	75,18	80,79	86,27	74,08	61,69	62,72	122,01
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	277,95	278,50	393,73	338,15	282,28	250,16	332,66	274,27	300,74	323,06	347,85	355,91	352,63	368,70	370,65	498,93
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	156,17	161,75	276,73	164,50	144,08	121,11	145,25	156,53	166,21	143,97	143,64	157,85	150,55	173,81	175,84	295,15
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	113,97	112,87	153,87	121,28	112,28	102,99	120,18	117,44	122,43	116,22	117,35	120,89	119,66	122,15	121,93	161,78

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 13 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2007

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	122,6
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	102,3	97,6	115,3	107,4	107,4	122,6
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	99,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	88,1	81,2	104,8	109,9	109,9	125,5
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	124,7	118,1	124,1	109,4	109,4	100,6
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	66,2	82,7	83,0	86,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	111,9	102,0	111,1	111,0	111,0	104,4
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	116,8	105,9	120,8	114,6	114,6	117,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	203,7	113,7	154,5	161,9	161,9	200,1
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	103,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	91,1	87,0	83,0	88,0	88,0	106,6
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	53,7	66,8	53,4	47,2	47,2	47,3
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	104,1	100,7	112,1	96,8	115,0	115,0
Minerais não metálicos	65,5	64,6	66,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	88,1	78,9	93,1	81,1	95,9	95,9
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	90,6	100,7	122,5	92,7	101,3	101,3
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	122,0	108,4	123,6	113,1	126,9	126,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	266,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	112,0	107,3	130,3	102,4	123,8	123,8
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	136,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	117,5	159,9	217,8	181,3	207,9	207,9
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	75,1	68,7	85,4	74,7	89,6	89,6

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																					
	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Sep/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Sep/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	116,2	
Indústria de transformação	118,9	115,4	128,2	119,9	127,2	123,7	113,6	123,7	105,6	106,1	128,4	121,4	124,9	122,6	127,4	136,7	123,3	145,6	126,0	126,0	116,2	116,2
Alimentos	127,1	130,9	137,1	118,8	125,2	104,4	100,0	116,1	88,1	90,9	114,6	121,1	116,6	127,3	127,0	138,1	127,7	133,3	113,0	113,0	95,7	95,7
Bebidas	96,8	95,7	125,9	109,6	135,7	150,7	162,6	120,2	115,8	108,9	121,1	109,2	105,7	88,9	97,7	116,3	111,8	123,2	165,9	165,9	177,6	177,6
Madeira	104,2	97,2	96,1	98,8	94,9	95,2	87,1	94,9	89,2	90,3	91,4	86,0	101,3	98,7	98,8	106,2	97,8	98,9	95,0	95,0	85,7	85,7
Celulose, papel e produtos de papel	97,3	118,0	119,3	115,8	116,9	119,2	116,1	114,1	115,0	107,8	118,1	117,5	111,7	119,5	120,3	124,6	91,4	114,3	106,2	106,2	123,2	123,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	209,9	163,1	168,4	258,3	268,1	327,4	303,6	181,2	197,9	197,8	236,6	230,0	114,3	102,8	149,9	168,5	155,0	296,9	174,5	174,5	150,0	150,0
Refino de petróleo e álcool	104,3	111,5	109,1	98,0	101,6	95,5	91,9	93,7	86,9	69,5	93,2	90,5	106,0	99,1	92,6	106,1	103,5	105,6	69,8	69,8	101,5	101,5
Outros produtos químicos	52,5	66,6	118,2	121,8	128,6	77,0	59,5	82,5	58,0	79,4	83,6	71,5	72,6	89,9	90,5	106,1	101,2	102,5	67,2	67,2	67,8	67,8
Borracha e plástico	103,6	106,0	118,8	114,0	119,6	114,4	100,9	111,4	108,7	100,4	120,5	105,2	109,0	104,7	111,7	115,9	109,3	128,1	116,6	116,6	107,1	107,1
Minerais não metálicos	94,5	86,1	95,5	90,1	92,7	91,5	92,2	95,1	90,8	97,7	108,8	119,6	115,5	87,5	83,2	83,1	79,0	100,3	93,0	93,0	83,0	83,0
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	103,3	99,6	105,3	95,8	105,5	111,2	101,1	108,0	90,7	99,3	121,9	113,3	125,9	97,7	120,1	127,0	106,8	110,3	90,1	90,1	92,6	92,6
Máquinas e equipamentos	125,0	111,8	125,5	131,2	115,5	136,6	121,8	147,8	123,6	125,8	147,1	130,8	155,1	132,7	162,6	141,1	145,0	166,8	167,0	167,0	158,2	158,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	114,0	115,4	110,9	112,8	120,2	123,1	117,9	138,0	122,2	131,6	137,9	137,9	152,2	139,1	153,9	165,0	129,6	137,0	137,0	137,0	134,8	134,8
Veículos automotores	190,9	147,7	191,6	132,2	174,4	176,7	145,1	222,1	167,6	176,0	238,0	185,7	233,0	215,8	228,0	255,2	206,3	289,6	275,5	275,5	194,8	194,8
Mobiliário	76,7	81,7	101,5	94,4	105,9	123,2	102,4	101,5	81,9	84,5	92,6	98,4	100,3	95,4	100,9	109,6	105,3	114,9	126,9	126,9	112,6	112,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 14 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2007

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	104,8	104,8	105,1	105,7	106,2	106,9	107,1	106,2	106,4	106,3
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1	75,6	75,8	76,0	75,7	75,8
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	105,3	105,2	105,5	106,1	106,5	107,3	107,5	106,6	106,8	106,7
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	147,0	148,2	147,4	147,4	147,9	149,6	149,1	146,7	148,9	149,9
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6	97,2	87,1	85,4	87,1	88,0
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1	99,8	97,6	98,4	98,5	99,2
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	131,5	133,3	132,2	131,0	131,1	132,6	133,9	130,9	129,1	131,3
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	90,2	92,0	95,4	97,2	95,4	97,7	106,8	106,5	111,0	110,4
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0	60,1	58,8	56,3	54,5	53,1
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	116,4	116,4	116,9	118,0	121,8	122,2	122,6	123,1	124,6	124,8
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8	256,5	262,5	263,7	261,7	226,4
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2	90,1	91,4	93,4	97,1	96,8
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2	88,6	93,1	92,0	92,5	92,3
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6	111,9	111,3	113,9	114,3	114,3
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8	73,4	72,1	70,6	69,6	68,2
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6	104,5	102,7	101,2	97,9	98,8
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7	124,5	124,4	125,3	126,2	125,6
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,8	95,6	94,8	94,3	95,0	93,8	94,1	93,9	94,8	94,1
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	112,3	112,0	111,2	112,4	112,4	112,5	112,2	112,1	112,1	112,0
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0	62,7	63,1	63,1	64,1	65,7

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07
Indústria geral	105,9	103,2	109,0	106,1	106,3	107,5	108,5	109,3	109,0	108,6	110,3	111,4	111,3	110,9	109,0
Indústrias extrativas	77,3	75,9	76,6	76,6	77,2	76,9	76,6	77,7	77,1	76,5	77,0	76,1	76,2	76,4	75,2
Indústria de transformação	106,3	103,5	109,4	106,5	106,7	107,9	108,9	109,7	109,4	109,0	110,7	111,9	111,7	111,3	109,4
Alimentos e bebidas	150,3	150,3	156,6	155,9	157,8	158,1	156,4	157,2	155,5	155,7	154,7	157,4	157,4	157,4	155,9
Fumo	83,6	79,2	203,6	110,7	301,0	409,6	411,3	389,2	279,8	84,3	85,2	86,0	89,0	98,4	99,2
Têxtil	97,1	92,5	90,6	91,5	90,4	93,1	92,8	92,6	92,2	91,7	94,3	92,8	86,1	85,8	83,6
Vestuário	130,7	120,6	127,1	122,1	125,6	127,4	130,4	130,9	127,7	126,2	129,7	130,2	126,1	127,6	121,5
Calçados e couro	106,3	94,6	105,5	93,6	98,0	100,7	99,8	100,5	101,0	108,8	112,5	113,2	114,5	113,1	110,0
Madeira	51,3	50,5	49,9	51,0	50,0	51,0	50,3	48,3	47,3	47,7	51,7	52,2	51,1	49,2	49,0
Papel e gráfica	126,6	124,8	127,5	125,5	125,7	126,8	126,9	127,4	128,1	127,0	127,3	129,9	129,8	128,5	127,3
Refino de petróleo e combustíveis	207,2	152,5	231,6	150,6	156,6	185,3	245,7	276,8	272,4	260,2	263,8	268,1	268,1	254,7	177,3
Produtos químicos	95,9	95,0	107,9	106,0	105,6	106,5	106,8	108,0	109,1	108,2	108,4	109,4	108,7	109,0	108,8
Borracha e plástico	91,9	90,7	94,9	93,5	94,0	94,8	94,7	96,4	97,5	96,3	97,2	93,3	94,3	93,7	92,6
Minerais não-metálicos	115,1	115,0	129,7	131,5	129,3	127,2	128,3	127,6	128,5	128,3	130,6	129,2	132,5	132,1	131,8
Metalurgia básica	69,6	69,1	68,0	65,3	65,8	65,9	65,7	66,1	67,0	66,5	69,1	69,3	72,2	71,6	71,1
Produtos de metal ⁽¹⁾	99,2	95,4	96,0	94,5	92,9	93,4	93,2	95,0	97,2	95,0	95,6	98,9	99,4	99,2	97,6
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	126,6	125,4	134,1	124,0	120,6	121,0	128,4	130,9	131,5	135,1	139,4	141,4	143,8	145,7	147,7
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	94,9	94,9	95,0	91,3	95,2	97,6	98,3	99,9	98,2	96,8	94,0	94,4	93,2	91,0	90,2
Fabricação de meios de transporte	112,9	112,1	142,1	133,7	133,4	135,7	137,5	139,6	141,4	142,2	145,5	148,6	149,0	149,7	149,4
Fabricação de outros produtos	66,3	65,6	66,2	65,9	64,4	63,9	63,5	64,4	66,5	65,4	65,2	66,2	68,9	69,6	70,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 15 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2008

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Mai	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999
Agosto	1 896	609	1 677	3 446	-370	-	7 258
Setembro	3 162	856	3 007	3 483	-594	-	9 914
Outubro	2 864	536	3 823	4 145	-195	-	11 173
Novembro	-3 941	97	5 407	3 701	-2 284	-	2 980
Dezembro	-8 382	-1 834	-719	-5 349	-5 551	-	-21 835
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Mai	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360
Junho	3 542	708	1 650	1 498	1 068	-	8 466
Julho	3 804	1 296	2 201	2 877	-110	-	10 068
Agosto	5 682	1 515	2 802	2 503	-466	-	12 036
Setembro	5 380	1 192	3 449	3 699	469	-	14 189
Outubro	4 695	510	4 745	2 691	447	-	13 088
Novembro	735	-734	6 739	3 071	-828	-	8 983
Dezembro	-17 203	-1 554	-1 016	-4 954	-6 491	-	-31 218
2008	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 16 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2004-2007

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾	PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2004		2006	
Janeiro	7,1	Janeiro	7,2
Fevereiro	7,5	Fevereiro	7,9
Março	8,9	Março	8,2
Abril	8,2	Abril	8,7
Mai	8,4	Mai	7,6
Junho	8,7	Junho	6,8
Julho	8,9	Julho	6,7
Agosto	8,2	Agosto	6,4
Setembro	7,9	Setembro	6,4
Outubro	8,4	Outubro	5,7
Novembro	8,0	Novembro	5,9
Dezembro	7,2	Dezembro	5,6
2005		2007	
Janeiro	7,7	Janeiro	5,6
Fevereiro	8,7	Fevereiro	6,6
Março	8,5	Março	7,1
Abril	8,2	Abril	6,4
Mai	8,1	Mai	7,0
Junho	7,9	Junho	7,0
Julho	7,6	Julho	7,2
Agosto	7,6	Agosto	6,8
Setembro	7,0	Setembro	6,3
Outubro	6,5	Outubro	6,1
Novembro	5,1		
Dezembro	5,5		

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 17 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2007

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	2,66
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,15
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,66
2005	126 622	-0,10	2 147 239	3,16
2006 ⁽³⁾	...	1,4	2 332 936	3,75
2007 ⁽³⁾	...	6,0	...	5,24

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do Iparades para o Paraná nos anos de 2006 e 2007 e do Banco Central para o Brasil no ano de 2007.

N.º 108 - janeiro/junho 2005

Desenvolvimento Regional e Inovação Empresarial: o impacto do desenvolvimento local nas determinantes de inovação das pequenas empresas

Maria Teresa de Noronha Vaz

Políticas de Preços Agrícolas e Estoques de Alimentos: origens, situação atual e perspectivas

*Guilherme Costa Delgado e
Júnia da Conceição*

São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: reflexos socioespaciais

Lilian Pérsia de Oliveira Tavares

A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação

Ana Lúcia Rodrigues

A Região de Salto Caxias no Sudoeste Paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional

*Jandir Ferrera de Lima, Lucir Reinaldo Alves,
Cezar Karpinski, Carlos Alberto Piacenti e Moacir Piffer*

Estudo do Arranjo Produtivo Local Madeireiro do Vale do Iguaçu (PR/SC): capacitação tecnológica e política de desenvolvimento

*Rogério Antonio Enderle, Sílvio Antônio
Ferraz Cário e José Antônio Nicolau*

N.º 109 - julho/dezembro 2005

A Construção Civil como Instrumento do Desenvolvimento da Economia Brasileira

Luciene Pires Teixeira e Fátima Marília A. de Carvalho

Aspectos Contratuais e Performance do Seguro de Custeio Agrícola

Vitor Augusto Ozaki

Para Pensar a Socioeconomia das Organizações: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno

*Carlos Alberto Cioce Sampaio,
Ivan Sidney Dallabrida e Valdinho Pellin*

Regionalização em Saúde e Procedimentos Hospitalares: uma abordagem metodológica

*Carmem Regina Ribeiro, Maria Luiza M. S. Marques Dias,
Sérgio Aparecido Ignácio e Arion César Foerster*

A Cidade e as Regiões Urbanizadas: aspectos da legislação brasileira e gestão regional

Maria Luiza Malucelli Araújo

Duração do Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba

Sachiko Araki Lira e Armando Vaz Sampaio

Notas de Pesquisa

Arranjos Produtivos Locais no Paraná

Grácia Maria Viecelli Besen e Paulo Roberto Delgado

Resenha

City Making and Urban Governance in the Americas. Curitiba and Portland. *Clara Irazábal*

Rosa Moura

N.º 110 - janeiro/junho 2006

Setores Alimentares e Relações Produtivas no Sistema Inter-Regional Paraná - Restante do Brasil

*Rossana Lott Rodrigues, Antonio Carlos Moretto,
Umberto Antonio Sesso Filho e Ricardo Kureski*

O Corredor da Moda do Norte-Noroeste do Paraná à Luz dos Arranjos Produtivos Locais

*Marcia Regina Gabardo da Camara, Luiz Gustavo Antonio de Souza
e Maria Aparecida de Oliveira*

Aprendizagem Coletiva e Avanços Tecnológicos e Ambientais na Agricultura Paranaense

Amalia Maria Goldberg Godoy

As Vilas Rurais na Região Oeste do Estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes

*Jovir Vicentini Esser, Yonissa Marmitt Wadi,
Jefferson Andronio Ramundo Staduto e Marcelino de Souza*

Sistemas de Engenharia e Fluidez do Capital: os impactos econômicos e sociais locais engendrados pela rodovia PRT-163

*Cleverson Alexander Reolon, Valmir de Souza
e Pery Francisco Assis Shikida*

Ponto de Vista

La Próxima Revolución Industrial Comienza por lo Suntuario

Guillermo Foladori e Noela Invernizzi

Notas de Pesquisa

Identificação de Gargalos Tecnológicos da Agricultura Familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública

Lenita Maria Marques, Marisa Sugamoto e Paulo Wavruk

Resenha

Política de Desenvolvimento Regional e Inovação: Lições da Experiência Européia. Antônio Carlos Figueira Galvão

Sandra Teresinha da Silva

N.º 111 - julho/dezembro 2006

O que é o urbano, no mundo contemporâneo

Roberto Luís Monte-Mór

Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira

Clóvis Ultramar e Denis Alcides Rezende

A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar

Renato Cymbalista

O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988

Alessandro Cavassin Alves

Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
e Márcio Douglas Brito Amaral*

História, cultura e projeto urbano: a barra do Rio Camboriú

Sergio Torres Moraes e Luciano Torres Tricário

Ponto de Vista

Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido?

Rosa Moura, Diócles Libardi e Maria Isabel Barion

Notas de Pesquisa

Os vários Paranas: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho

Rosa Moura, Diócles Libardi, Sandra T. da Silva e Maria Isabel Barion